

Agroturismo e Desenvolvimento Regional

Anderson Pereira Portugal

Editora Hucitec

ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ

AGROTURISMO
E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1999

© Direitos autorais 1978 de Anderson Pereira Portugez. Direitos de publicação reservados pela Editora de Hucitec Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)240-9318, 542-0421 e 543-0653; vendas: (011)530-4532; fax: (011)530-5938.

Foi feito o Depósito Legal.

Editoração eletrônica: Ouripedes Gallene e Rafael Vitzel Corrêa

*À Izabel, Adyr, Shirley, Euridice, Berenice, Renata
aos produtores rurais da região pesquisada
aos meus alunos e colegas de trabalho.*

Sumário

Apresentação, <i>Adyr Balastreri Rodrigues</i>	9
Introdução	13
Primeira Parte	
O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO. A AÇÃO DO ESTADO E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE	20
Desenvolvimento socioespacial. Pressupostos para a gestão participativa do turismo com base local	25
Da ideologia do desenvolvimento local à efetivação do desenvolvimento socioespacial	37
Segunda Parte	
A CONFIGURAÇÃO REGIONAL DO TURISMO CAPIXABA.	44
Um breve resgate histórico	45
A estagnação das áreas rurais. Alternativas de superação	68
Agroturismo. Aspectos conceituais	72
Origens do turismo em espaço rural no Brasil	81
O agroturismo como modalidade de turismo em espaço rural. A experiência da região serrana central do estado do Espírito Santo	85
A formação do produto agroturismo e alterações paisagísticas	91

Caracterização das propriedades do agroturismo	94
A estrutura da oferta e as alterações na paisagem	99
Apoio financeiro para melhorias na oferta	103
Auscultando a satisfação dos proprietários	107
Agroturismo e desenvolvimento socioespacial.	
A questão da qualidade de vida e de estada	111
Redução do êxodo rural	111
O agroturismo. Geração de emprego e ocupação no campo	114
A geração de renda e de impostos	116
Bibliografia	120

Apresentação

Em pouco menos de três anos após ter ingressado no curso de pós-graduação em Geografia Humana, sob minha orientação, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Anderson Pereira Portuguesez apresenta e defende sua dissertação de mestrado sobre o turismo no espaço rural do Espírito Santo, trabalho que deu origem a esta obra que vem a público pela Editora Hucitec, cujos títulos já publicados têm assumido grande importância para quem se dedica ao estudo do turismo no Brasil.

Trata-se de um estudo pioneiro que constitui valiosa contribuição para a compreensão do fenômeno do turismo na região serrana central do estado do Espírito Santo. Sem dúvida, o trabalho aqui apresentado, por sua originalidade e seriedade com a qual foi conduzido, é obra de referência para estudos futuros.

O autor, sem perder de vista o desenvolvimento socioespacial, realiza uma retrospectiva histórica da implantação do fenômeno no referido estado, cuja semente é o modelo sol e praia, com expressão também da talassoterapia nas praias de areias monásticas de Guarapari, cidade que nos anos sessenta recebe o slogan de Cidade Saúde. Sabidamente, o modelo aludido, estruturado sob a ótica do turismo massivo, tem provocado sérios e irreversíveis impactos em todo o litoral brasileiro, fato que tem causado preocupações

nos mais diversos segmentos da sociedade, exigindo alternativas, que não só ensejem a interiorização da atividade, mas que sejam também mais bem direcionadas.

É com este intento que o autor define como objeto de seu estudo uma análise crítica apurada do chamado agroturismo no estado, tendo sempre em vista fornecer uma contribuição para a sua melhoria.

Como cenário para contextualizar o seu enfoque, Portuguese tece um pano de fundo que trata das primeiras experiências de turismo em espaço rural no Brasil, que, conhecidamente, se deram no estado de Santa Catarina, hoje se multiplicando por quase todo o país, constituindo uma das modalidades, que juntamente com o chamado ecoturismo, mais se difunde espacialmente.

Na seqüência, o autor detém-se na política estadual do Espírito Santo, que elege o Programa do Agroturismo como uma das principais alavancas de implementação do turismo no estado, em parceria com o Sebrae.

Como cerne desta política encontra-se o Plano Piloto, elaborado em 1992, composto por cinco eixos que perpassam as seguintes estâncias – o desenvolvimento dos recursos humanos, a implantação da infraestrutura, a promoção da atividade mediante campanhas publicitárias, a melhoria da estrutura básica de acesso e a implantação do programa, propriamente dito.

Um dos pontos altos do trabalho é a pesquisa de campo, baseada em técnicas qualitativas, que recobre vinte e duas propriedades, escolhidas aleatoriamente, distribuídas pelos onze municípios que fazem parte do referido Programa.

Com base nesta pesquisa o autor, que adota como

marco teórico o desenvolvimento socioespacial, o qual se contrapõe ao crescimento econômico tout court, conclui que, apesar dos esforços empreendidos e muita vontade política, o Programa de Agroturismo ainda não alcançou os objetivos almejados, não representando para a população envolvida uma alternativa satisfatória no sentido de uma melhoria significativa na qualidade de vida. No que tange à abertura de mercado de trabalho, de uma mais equitativa distribuição da renda e do aumento na arrecadação de impostos, também não se observaram resultados expressivos.

As conclusões levam a crer que o rótulo de agroturismo empregado no estado do Espírito Santo não está sendo corretamente usado, pois através de experiências em outros países, particularmente na Europa Ocidental, é consensual que fazem parte dessa modalidade de turismo as propriedades onde a exploração agrária continua a ser a principal atividade econômica, adotado-se a exploração do turismo apenas como um suplemento de renda. É esta concepção que a Embratur está abraçando na atual política de turismo rural no país.

Um bom trabalho acadêmico não se esgota em si mesmo, pelo contrário, lança desafios, polemiza, levanta questões, é instigante e comprometido com a sociedade. Espero que trabalhos como estes se multipliquem tão rapidamente quanto o processo de implantação do turismo no Brasil, fato que requer análises sérias e aprofundadas a fim de alicerçar decisões políticas e ações empresariais mais responsáveis num futuro muito próximo.

Adyr Balastreri Rodrigues

Introdução

Nos últimos anos, o fenômeno do turismo vem projetando-se como tema de pesquisa nos mais variados meios acadêmicos de todo o mundo, graças aos fantásticos índices de crescimento por ele alcançado. Apresenta-se como um fenômeno extremamente complexo, que no entender dos pesquisadores mais renomados deve ser estudado em uma perspectiva transdisciplinar, como observou A. B. Rodrigues (1996:20) tanto por influenciar os mais diversificados setores produtivos e ser por eles influenciado, como ainda por não ter-se constituído em ramo totalmente autônomo do saber científico. A este respeito, Andrade (1992:11) afirmou que:

O turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria.

Para esse autor, o turismo deve ser estudado por um complexo teórico-técnico decorrente da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teórico-metodológicas já estejam mais estruturadas.

Nesse sentido, a Geografia assume papel funda-

mental, como uma das muitas ciências que pesquisa o turismo, dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício tanto dos que os ocupam, quanto dos que nele buscam os recursos recreacionais de que necessitam.

No entanto, é válido lembrar que toda formação acadêmica produz deformações metodológicas uma vez que a “disciplinarização do saber gera o empobrecimento da apreensão da realidade”, conforme argumentou A. B. Rodrigues (1996:20). Assim, a compreensão da dinâmica de produção do espaço turístico não pôde basear-se somente nos estudos já realizados pela Geografia, de modo que outros subsídios foram buscados num conjunto maior de ciências afins.

A respeito deste assunto, Beni (1990:16 apud A. B. Rodrigues, 1996:20) advertiu:

[...] o que se nota é que os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado tratando-os minuciosamente, mas não se preocupando, quase sempre, em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global.

Assim, a busca de uma abordagem geográfica integrada do tema proposto para esta pesquisa, constituiu um esforço constante, de analisar o espaço eleito para as investigações pretendidas sob uma visão holística. Este trabalho, antes de mais nada, procurou valorizar as localidades receptoras do setor serrano do estado do Espírito Santo, que se vêm esforçando para oferecer

um produto compatível com o interesse da crescente demanda agroturística.

Tal valorização baseou-se na preocupação de mostrar o quanto a idéia de “desenvolvimento” por meio do turismo e de seus agentes multiplicadores vem sendo difundida de forma inadequada, para que essas localidades possam realmente mobilizar-se tendo em vista ordenar seus processos particulares de conquista da felicidade coletiva, com base não apenas na agregação de renda, mas sobretudo da viabilização de estratégias de promoção da qualidade de vida em âmbito local.

Dáí a grande questão, considerada importante e que constituiu a tônica deste trabalho: o que entender por “desenvolvimento” por meio do turismo?

Ainda hoje, o turismo é incentivado a custos que vão além da inconseqüência, na tentativa de fazê-lo reproduzir o máximo de rendimentos possíveis. “Desenvolver”, nesse sentido, significa nada menos que reproduzir o capital, nos modelos tradicionais de acumulação, que não se incomodam com os custos sociais, nem tampouco ambientais, advindos dos empreendimentos do setor.

Mas, com as novas contribuições aos estudos do “desenvolvimento”, vislumbram-se novos horizontes para essa discussão, uma vez que atualmente este é entendido como um processo capaz de gerar bem-estar social no seu sentido mais amplo. Para tanto, as atividades sociais, incluído o turismo, não necessitam obrigatoriamente romper com o ideal de acumular rendimentos, mas devem passar a considerar também como ganho: a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio, a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade, entre outros exemplos.

Conforme os ensinamentos de inúmeros teóricos, deve-se romper com a rigidez do pensamento pejorativamente denominado “economicista”-“desenvolvimento” como sinônimo somente de reprodução do capital — para abraçar uma idéia bem mais abrangente: o “desenvolvimento” como um processo individualizado — de cada localidade — e comprometido com a qualidade de vida da população local e a conservação do ambiente, no seu sentido mais amplo.

Dessa forma, o turismo só estará promovendo o “desenvolvimento” quando for capaz de proporcionar, a melhoria das possibilidades do bem-viver para os núcleos receptores.

Isso posto, cabe definir mais precisamente o objetivo da presente obra, que pretendeu focar o agroturismo como um dos possíveis vetores do desenvolvimento socioespacial capixaba, considerando seu papel na produção e no consumo do espaço delimitado para a implementação oficial da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo: a chamada “Região Serrana Central” do estado do Espírito Santo, formada oficialmente pelos municípios de Viana, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Domingos Martins, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Conceição do Castelo, Castelo, Afonso Cláudio e Marechal Floriano¹.

¹ Estes são os municípios que fazem parte do Programa do Agroturismo, o que não significa dizer que outros também não possuam vocação para esta atividade. Em muitos, como Linhares, Anchieta, Serra, São Roque do Canaã e outros, o agroturismo também é praticado nos mesmos moldes dos da Região Serrana Central, porém ainda não foram oficialmente reconhecidos, fato que pode vir a ocorrer no futuro, alterando a configuração das regiões turísticas atuais.

Com base no objetivo exposto, no referencial teórico-metodológico de que se lançou mão e nos dados levantados em campo, pôde-se compreender algumas questões consideradas de fundamental importância para o entendimento global da temática, para as quais foram feitas uma série de sugestões, cuja intenção foi maximizar os resultados positivos do processo de desenvolvimento almejado, procurando-se, ainda, evitar seus impactos negativos.

Assim, o conteúdo da presente pesquisa foi dividido em duas partes para melhor organizar a abordagem pretendida. Na primeira, intitulada “O Turismo Como Vetor do Desenvolvimento. A Ação do Estado e a Inserção da Sociedade”, apresentou-se a fundamentação teórica da obra: a idéia de “desenvolvimento socioespacial”, entendida como processo comprometido não só com a reprodução dos resultados financeiros da atividade turística (no caso deste estudo), mas sobretudo com a melhoria das condições do bem-viver da população receptora, que se reflete, diretamente, na qualidade da estada dos visitantes.

Tomou-se como referencial básico a obra do Prof. Dr. Marcelo José Lopes de Souza², que tem discutido em numerosos artigos a questão do “desenvolvimento socioespacial” visto pela ótica da Geografia, e que tem como um de seus principais pilares, a idéia de “autonomia”, com base na qual cada grupo pode traçar seus planos particularizados, fundamentados nos desejos, necessidades e possibilidades de cada localidade, o que está bem de acordo com o que neste trabalho se

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

sugeriu para os onze municípios envolvidos no Programa do Agroturismo.

Para tanto, procurou-se incentivar a idéia da descentralização do setor, de modo que, com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, os produtores rurais capixabas possam vir a atuar mais efetivamente nos conselhos municipais, para direcionar o rumo do “desenvolvimento” para o atendimento das necessidades locais consideradas prioritárias. Assim, casou-se (em teoria) as discussões da autonomia, de municipalização e da ativação do senso de cidadania, numa tentativa integrada de oferecer subsídios para que os municípios do agroturismo reflitam sob novas óticas os seus projetos atuais de incentivo ao setor turístico, como uma das principais alavancas de promoção do “desenvolvimento”.

Já na segunda parte, intitulada “A Configuração Regional do Turismo Capixaba”, resgatou-se os antecedentes históricos dessa atividade nas terras espírito-santenses, procurando mostrar o papel do governo estadual como um dos principais fomentadores desse setor produtivo desde a década de 60.

Essa discussão foi de fundamental importância para se compreender o contexto em que as modalidades de “turismo alternativo” emergiram dentro dos discursos oficiais relativos à promoção do “desenvolvimento”, pois foi nesse contexto que o governo estadual passou a incentivar o turismo em espaço rural como oportunidade de geração de renda para a coletividade interiorana.

Cabe deixar claro que neste trabalho entendeu-se “turismo alternativo” como um conjunto de práticas recreativas de cunho nomeadamente turístico, praticado em ambientes de baixa complexidade técnica e por um fluxo reduzido, considerando a fragilidade socio-

ambiental das localidades receptoras. As viagens devem procurar valorizar o novo, o exótico e o naturalmente belo. Assim, as operações tornam-se relativamente complexas, atingindo um público mais requintado, o que denuncia um movimento de contraposição à padronização de hábitos e de consumo imposto pelos modelos massificados do turismo global.

Analisou-se ainda, algumas implicações acerca da viabilização de projetos turísticos como alternativa de “desenvolvimento” para o meio rural. Essa discussão foi muito importante para o embasamento teórico das análises subseqüentes, que se referiram mais especificamente aos modelos de turismo em espaço rural que estão sendo praticados na região estudada, genericamente chamados de *agroturismo*.

Cabe esclarecer que, embora a região eleita para as análises deste trabalho seja composta por onze municípios, boa parte dos exemplos citados na conjugação das informações obtidas em campo com o referencial teórico procederam do eixo Viana-Venda Nova do Imigrante, que abrange ainda os municípios de Marechal Floriano e Domingos Martins, pois essa é a área onde as iniciativas se encontram em fase mais adiantada.

Partiu-se, por fim, para a elaboração de sugestões para minimizar algumas falhas do Programa, fundamentadas tanto nas idas a campo onde o autor pôde verificar algumas repercussões negativas do turismo nessa região, quanto em suas experiências como pesquisador do turismo.

Primeira Parte

O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO. A AÇÃO DO ESTADO E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE

Durante muitos anos, o turismo foi encarado como atividade exclusiva das classes mais afortunadas, sendo, portanto, símbolo de *status* social e de uma maneira elegante de viver, desejada pela imensa maioria da população, sobretudo nos países ocidentais onde iniciou sua projeção como atividade econômica.

A partir da segunda metade do século o turismo passou a galgar novos degraus na escala de valores sociais, uma vez que inúmeros fatores proporcionaram sua popularização. O turismo atual caracteriza-se por crescente massificação, mas também vem sendo planejado para atender a um público cada dia mais diversificado e exigente, com oferta de modalidades mais elitizadas.

Essa atividade social projetou-se tanto que se costuma dizer que ela ocupa hoje posição de relevo no cenário produtivo internacional, tendo mesmo ultrapassado os rendimentos do petróleo e do comércio de armamentos. Em função da escassez de dados confiáveis, não se pode posicioná-lo em relação a duas outras atividades sociais também relevantes: o narcotráfico e a movimentação financeira das religiões. No entanto, acredita-se que até em relação a elas o setor esteja privilegiadamente situado.

E foi justamente pelo fato de ter alcançado tal patamar, logicamente como fruto de sua inclusão artificial no rol das necessidades humanas (A. B. Rodrigues, 1997:26), pressuposto para sua massificação, que o turismo despertou o interesse de numerosos empresários e gestores públicos, que nele vislumbraram a oportunidade de grandes conquistas financeiras. Assim,

inúmeros projetos foram implementados em diversos países do mundo, transformando o desejo tornado coletivo pelas estratégias de *marketing* em realidade concreta, espacialmente materializada.

Paraísos tropicais, parques temáticos, cidades históricas, rotas religiosas, centros de cultura, de jogatina e de lazer, enfim, muitos lugares passaram a ser ofertados aos consumidores como produtos aptos para desfrute e em condições de pagamento cada dia mais acessíveis, causa e consequência da massificação do setor.

O sucesso de alguns empreendimentos acabou por transformar o turismo em verdadeira “febre”, quando possibilidades de lucros passaram a ser perseguidas de formas variadas. Com isso, o turismo diversificou suas modalidades, adaptando-se, em alguns casos, ao conjunto de condições de cada localidade, e em outros adaptando-as aos seus interesses. E aí, como qualquer outra atividade social, registrou benefícios e malefícios, contrapondo impactos mais perversos às vantagens que gerava e ainda gera. Mesmo assim, passou a ser incentivado pelos governos, desejado pelos empresários, procurado pelos consumidores e transformado em idéia de “salvação da Pátria” pela e/ou para os núcleos receptores, sobretudo os economicamente deprimidos.

Como exemplo, pode-se citar o artigo n.º 180 da Constituição Brasileira de 1988: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:123). A redação desse artigo revela o grau de comprometimento do governo federal com o setor, mostrando ainda quanto o turismo ganhou respeito nas várias instâncias da gestão territorial.

Mas esse interesse não é recente. Segundo Becker

(1995:10), o governo brasileiro começou a preocupar-se com o turismo na década de 50, período em que profundas transformações se processaram em todo o Brasil. Expandiu-se e apropriou-se, com o tempo, de inúmeros recantos do espaço nacional, chegando aos dias atuais como uma das principais fontes de renda do país, conforme revelam os dados que seguem, referentes à movimentação do ano de 1994:

a) Movimentou cerca de US\$40,4 bilhões — aproximadamente 8% do PIB — possibilitando arrecadação em impostos diretos e indiretos em torno de US\$10,4 bilhões.

b) Empregou um em onze brasileiros economicamente ativos, ou seja, dez milhões de trabalhadores, e 1,8 milhões desses empregos foram temporários, tendo produzido renda em salários de US\$16 bilhões.

c) Representou cerca de 3,3% de todos os investimentos governamentais, além de exigir uma injeção de capital na ordem de US\$7,3 bilhões.

d) Correspondeu a 6% do volume total dos gastos dos consumidores, ou seja, US\$20,9 bilhões. É válido lembrar que a cada US\$15 mil gastos com turismo, um novo emprego é criado, o que permite estimar cerca de cem mil novos postos de trabalho por ano (Embratur, 1996:59-60).

Mas para tanto, inúmeros processos de mutação foram impostos aos núcleos receptores, que passaram a conviver com grandes e variados problemas: a superação da capacidade de suporte das localidades, gerando a perda da sua biodiversidade; o agravamento das deficiências de saneamento básico e até algumas mazelas sociais contundentes, como a prostituição — incluída a infantil — em áreas de ocorrência do chamado “turismo sexual”, ou até mesmo a lavagem de elevadas quantias oriundas do narcotráfico (A. B. Ro-

drigues, 1996:18). É evidente que o turismo não pode ser responsabilizado sozinho pela ocorrência de tais impactos, mas também não se pode negar seu imenso poder de produzi-los, ou mesmo de agravá-los.

Vê-se, então, que o turismo não é sinônimo apenas de *glamour*, possuindo também crescente participação nos numerosos processos de degradação socioespacial. Por esse motivo, uma série de novos estudos vem sendo realizada na tentativa de elucidar as várias facetas do fenômeno, de modo que permitisse seu crescimento de forma mais coerente.

Porém, nos dias atuais, a sociedade tem-se mostrado mais atenta aos abusos do empresariado e dos governos, que só há bem pouco tempo passaram a se importar com as questões socioambientais. Nesse sentido, os estados e municípios têm criado agências, empresas e secretarias especiais para gerir o setor turístico, como oportunidade de promoção mais racional do setor. No entanto, nem sempre isso resulta em iniciativas bem-sucedidas, dado, muitas vezes, o caráter meramente político desses órgãos, que são gerenciados comumente — com raras exceções — por pessoas não qualificadas, o que ocasiona sérios desacordos que opõem, de um lado, as intenções e as práticas políticas, e, de outro, os interesses maiores da coletividade.

Esses órgãos têm-se multiplicado à medida que o turismo cresce, gerando a proliferação dos núcleos receptores. É por intermédio das secretarias municipais e estaduais de turismo, bem como das empresas oficiais, que se procura implementar, por meio do poder público, uma série de estratégias de incentivo a essa atividade em todo o Brasil, agora com maior intensidade, ante o PNMT — Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Desenvolvimento socioespacial. Pressupostos para a gestão participativa do turismo com base local

Nos últimos anos, uma avalanche de novos referenciais teóricos tem surgido não só no seio das ditas ciências naturais e sociais, como também nos mais diferentes meios produtivos. Vê-se também um amplo movimento de redefinição de antigos conceitos, que aos poucos ganham novas significações. Isso tem ocorrido, entre outros motivos, pelo fato de o mundo estar passando por um período de grandes transformações nas mais variadas esferas da vida social, cujo pano de fundo é o processo de globalização.

No caso específico da Geografia, a redefinição de tais idéias tem sido acompanhada por outra mudança ainda muito mais complexa: a dos rumos teórico-metodológicos da disciplina, que também se complexificam, uma vez que seu objeto maior de estudo — o espaço em suas múltiplas instâncias — se adensa com volumoso conteúdo técnico até então jamais registrado em toda a história da humanidade.

Desses termos, um dos que mais tem gerado inquietação entre os pesquisadores é o tão discutido “desenvolvimento”, que adquire dimensões teóricas cada dia mais complexas.

É evidente que essa temática não diz respeito somente aos interesses da Geografia. Outros segmentos

do saber científico, como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Estatística, só para citar alguns, há muito tempo também têm-se debruçado sobre o estudo do desenvolvimento, num esforço contínuo para se compreender a amplitude teórica alcançada por essa temática no atual momento histórico, apesar dos secionismos acadêmicos ainda existentes nos dias atuais. Acredita-se que essa reflexão global das ciências só vem enriquecer a discussão, por possibilitar aos pesquisadores mais comprometidos com a transdisciplinarização do conhecimento, uma visão mais abrangente da problemática.

Na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação qualitativa dos recursos de produção, que na crítica de Souza (*in*: Rodrigues [org.], 1997c:18):

[...] é basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico [mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB] e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente.

Essa concepção criticada pela sua superficialidade, é justamente a que se toma como referencial na maior parte dos escritos de grande circulação, como artigos de jornais e revistas, destinados à informação do grande público.

No entanto, para as novas aspirações das ciências da sociedade, a idéia de desenvolvimento assume conteúdo muito mais complexo, revestindo-se, por vezes, de princípios ideológicos e de dimensões variadas, que muito dificultam a apreensão de sua abrangência e de suas limitações.

Muito se fala também no desenvolvimento como processo integrado, cuja idéia se põe acima das fragmentações a ela impostas, mas que na prática se perde quando delimitada no tempo, no espaço e nas práticas sociais que as engendram. Enfim, na direção orientada pelo seu planejador: desenvolvimento urbano, rural, turístico, industrial, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, a genérica expressão desenvolvimento sustentado, entre muitos outros; trata-se de um número incontável de fragmentos de um mesmo processo, que tem como principal objetivo a satisfação de planos, também parcelados, de intervenção nas muitas esferas da vida social.

Souza (1992:123), ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento socioespacial, advertiu sobre os riscos dos parcialismos analíticos que ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescares se apresentam, mostrando que os recortes temáticos, por ele criticados, empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de “vida própria”: econômica, política, cultural e outras.

Dessa forma, seria grande equívoco tentar definir rigidamente a idéia de desenvolvimento, pois originaria uma conceituação puramente instrumental, que pouco acrescentaria a essas discussões. Por outro lado, tornou-se imperioso apontar algumas argumentações que conduzissem esse trabalho a um entendimento coerente da problemática. Partiu-se então, para a análise de alguns estudos realizados por pesquisadores preocupados com a questão do “desenvolvimento” por

meio do turismo, que muito colaboraram para o amadurecimento teórico da temática.

Max-Neef (1994:82), em sua obra *Desarrollo a Escala Humana*, discutiu inúmeros aspectos referentes ao “desenvolvimento” como sendo um processo capaz de, antes de mais nada, satisfazer às necessidades humanas, tidas por ele não somente como metas a serem atingidas, mas também como a razão de existência desse processo. Para ele:

El desarrollo a Escala Humana no excluye metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas puedan tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos.

Por sua vez, Cavaco (*in*: Rodrigues [org.], 1996:94-121) empregou a expressão “desenvolvimento local” para expressar o processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar mediante estratégias de baixo impacto socioambiental. Essa autora tem pesquisado o turis-

mo rural português, e procura divulgar a idéia da busca de avanço socioeconômico democrático e fiel às coletividades receptoras.

Concepção semelhante foi proposta por Rodrigues (1997c:10), que afirmou que o vocábulo *desenvolvimento* não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza e lembra ainda que a “economia não é tudo sem eficácia social”, pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o “desenvolvimento”. Essa autora tem trabalhado teoricamente a expressão “desenvolvimento com base local”, em que propõe, especificamente para o caso do turismo, um trabalho de planejamento e gestão do referido processo fundamentado nas características e anseios das localidades receptoras, como contraposição aos desmandos massacrantes do grande capital, que muitas das vezes se instalam em áreas ainda inexploradas para fins de recreação, tecnicizam-na, criam uma estrutura receptiva totalmente desvinculada dos aspectos socioambientais locais, sem contudo melhorar as condições de vida da coletividade receptora, o que acaba gerando ou agravando a exclusão social.

Com o exposto, vê-se que as idéias apresentadas pelos autores citados são muito semelhantes, pois todos trabalham o planejamento e a gestão do “desenvolvimento” com base nos lugares, preocupando-se claramente com o equilíbrio socioambiental das localidades receptoras.

Já Benevides (*in*: Rodrigues [org.], 1997c:29), põe-se numa posição de desconfiança em relação às argumentações exaltadoras do desenvolvimento local com base local. Esse autor afirmou que de uma forma ou de outra o processo do “desenvolvimento” dá-se em uma

lógica que atende ao modelo dominante. Para o mesmo autor, perpassam dois equívocos no discurso dos movimentos localistas de promoção do “desenvolvimento”:

Um refere-se à geografização da análise dos fenômenos políticos, ao associar a redução da escala, como possibilidade para ampliar os espaços de participação democrática. Em outras palavras, o conteúdo democrático do que seja democrático reporta-se fundamentalmente à dimensão do político e não da espacialidade, e deste modo desconsidera a significação dos micropoderes na constituição das relações sociais de dominação (Weber, 1964).

Dessa desconsideração resulta o outro equívoco, que leva ao elogio da identidade local, como foco de resistência aos projetos modernizadores da expansão capitalista em lugares onde persistem comunidades tradicionais.

A posição assumida pelo autor contrapõe-se a todos os discursos anteriores. Embora possa parecer radicalista a uma primeira análise, tem o mérito de advertir os teóricos do “desenvolvimento” para alguns equívocos que podem ser cometidos ao se trilhar por caminhos ideologicamente carregados de paixões pessoais e teoricamente inconsistentes. No entanto, a presente reflexão parte do princípio da eficácia dos planos locais de promoção do “desenvolvimento”, motivo pelo qual não se assumiu as suas reflexões como referencial, mesmo reconhecendo sua contribuição.

Assim, para efeito dessa pesquisa, admitiu-se a idéia de “Desenvolvimento Socioespacial” proposta por Marcelo J. L. de Souza, cujas reflexões, além de serem

compatíveis com os propósitos dessa investigação, avançaram imensamente na discussão teórica do “desenvolvimento”, representando uma das mais consistentes contribuições da Geografia brasileira à análise desse processo. Segundo Souza (1996a:5):

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação — e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

O autor lembrou ainda que a necessidade de se buscar o desenvolvimento é uma característica das sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas, que têm na idéia de “modernidade” (em suas múltiplas nuances), a base cultural de sustentação desse processo.

Após levantar uma série de questionamentos sobre o contexto cultural em que se construiu (e ainda se constrói) a noção de desenvolvimento, salientou ainda que qualquer tentativa de apreendê-lo, avançará teoricamente quando se admitir uma ruptura consciente com o etnocentrismo e com a idéia heterônima de uma verdade absoluta. Também não se deve tentar defini-lo de uma vez por todas, sendo mais sensato buscar um princípio norteador de modo que a reflexão esteja sempre aberta a novas contribuições. Assim, o autor entende o desenvolvimento socioespacial como:

[...] um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma

maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva [...]. A autonomia é um princípio ético e político, o qual [...] não define um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de cada cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias. (Souza, 1996a:10.)

Como processo, o desenvolvimento socioespacial deve ser pensado em sua totalidade, tanto pela academia, que deve adotar uma postura transdisciplinar, quanto pelos seus gestores, que devem operacionalizá-lo com base em um planejamento transetorial. Essa, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada.

Dessa maneira, vislumbra-se uma noção desse processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, em que o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como somente superação do subdesenvolvimento, caracterizado comumente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos para ampliação dos mecanismos de produção, que têm nas nações centrais do mundo capitalista os “modelos ideais” a serem copiados.

No entanto, quando se toma como base as considerações anteriores, vislumbra-se a possibilidade de se pensar o desenvolvimento como processo pertinente a cada grupo (de acordo com suas características parti-

culares) na tentativa de superar os problemas que dificultam a conquista de melhores condições de vida. Cria-se ainda com a discussão da “autonomia” (Souza, 1996a:10), a possibilidade de se encarar o lugar como uma escala de planejamento compatível com os anseios de cada grupo social, bem como no envolvimento amplo de seus membros na gestão participativa de seus processos individualizados.

Para Milton Santos (1996:122), a idéia de lugar está intimamente relacionada com o conceito de espaço, argumentando que, “o espaço total e o espaço local são aspectos de uma mesma e única realidade”. Em sua clássica obra *Espaço e Método* (1985:12), esse autor afirmou que:

[...] cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica do trabalho. [...]. Em cada lugar, as variáveis A, B, e C, ... não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico — daí a diferença entre eles.

Partindo dessas considerações e absorvendo a interpretação de Carlos (1996:20) sobre as idéias de Milton Santos, observa-se que a identidade do lugar pode ser definida com base em seu conteúdo técnico (conjunto e natureza das técnicas presentes na configuração do território), da demanda informacional (que chega ao lugar

tecnicamente estabelecido), da densidade comunicacional (resultante da interação entre as pessoas) e pela densidade normativa (as normas como elementos definitórios de cada lugar). Ainda para Carlos (1996:20), deve-se levar em consideração o papel do significado do tempo, chegando à conclusão de que é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Afirmou também, que para Milton Santos existe dupla questão no debate do lugar: seu sentido visto “de fora”, resultante dos acontecimentos históricos mais amplos que de alguma forma se impõem e participam de sua configuração, e o lugar visto “de dentro”, que se refere ao arranjo das forças que se conjugam internamente, conferindo-lhe identidade própria.

E é justamente esse caráter único dos lugares que requer a necessidade de serem pensados em suas especificidades. Por outro lado, considerando-se sua íntima vinculação às grandes estruturas de produção/regulação capitalista, devem ser focalizados também em uma perspectiva integrada, ou seja, sua articulação com o global.

Como se viu, o lugar, em suas muitas esferas, mostra-se como a dimensão do espaço vivido, onde as pessoas se tornam importantes elementos na sua produção, em contrapartida aos mecanismos padronizadores do mundo globalizado. O lugar é, nesse sentido, a instância ambígua em que o global se materializa, mas ao mesmo tempo permite uma organização muito particular de sua energia, resultando na manifestação individual do mundo tecnificado. É, portanto, o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e também mais complexo da vida cotidiana.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se

no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (Carlos, 1996:20.)

Para efeito dessa discussão, optou-se por acatar a sugestão de Adyr Rodrigues, que propôs a unidade municipal para ser pensada como lugar¹. Tal sugestão é absolutamente pertinente, considerando-se que o PNMT — Programa Nacional de Municipalização do Turismo, tem procurado fortalecer as ações das prefeituras municipais, tidas como instâncias mais adequadas para a gestão do turismo, cujo planejamento deve fundamentar-se, segundo Rodrigues, em quatro pontos fundamentais:

a) “Criação e fomento de um setor de turismo na administração municipal, com prerrogativas de gestão vertical (dentro do mesmo setor produtivo) e horizontal (com outros setores)”.

b) “formalização de um plano turístico flexível e pactuado com os agentes locais, que especifique o zoneamento das atividades, priorize a sustentabilidade e preveja os incentivos para os investimentos”.

c) “Capacitação para os acordos com outros se-

¹ Sugestão feita durante a conferência de abertura do I Seminário Nacional “Turismo e Cultura, a História e os Atrativos Regionais”, realizado pelo Centro de Cultura Missioneira da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, câmpus de Santo Ângelo (RS), 2 de abril de 1998.

tores da administração local e com a iniciativa privada (empresários de todos os setores envolvidos)".

d) "Configuração de mecanismos de gestão que exerçam vigilância constante dos projetos e orientação dos efeitos multiplicadores do turismo para benefício da comunidade local".

Esses pressupostos atualmente estão sendo vistos como atribuições da coletividade receptora, representada pelos Conselhos Municipais de Turismo, criados no âmbito do PNMT, justamente para atender a tais necessidades. É nesse sentido que a discussão da "autonomia" deve ser feita com base nesse programa, pois, apesar de uma série de equívocos cometidos na operacionalização do PNMT, não se pode negar que com ele se cria a possibilidade de o turismo ser pensado na instância do lugar e para atender, sobretudo, ao interesse de seus moradores.

Para complementar essas discussões, vale resgatar uma afirmativa de Cara (*in*: Rodrigues [org.], 1996:92), que, ao analisar o turismo como um importante agente de transformação espacial, considerou:

En una imagen o metáfora, el Municipio parece ser el único punto fijo sobre el cual se apoya todo este sistema y el único capaz de evaluar las consecuencias mas inmediatas y cotidianas de los habitantes. Tanto en los planos objetivos como subjetivos.

Da ideologia do desenvolvimento local à efetivação do desenvolvimento socioespacial

A discussão acadêmica do desenvolvimento socioespacial, embora de grande importância, ainda não alcançou merecida posição de destaque nos centros de pesquisa geográfica do Brasil. Por esse motivo, pouco se tem escrito sobre o assunto, que só agora começou a despertar maior interesse pelo fato de os modelos tradicionais de desenvolvimento não estarem atendendo a contento aos anseios de seus gestores, que a cada dia sofrem novas pressões de boa parcela da população brasileira, insatisfeita com sua baixa qualidade de vida.

E é pelo fato de ainda não ser um termo familiar aos estudiosos e órgãos públicos, que se costuma confundir a dimensão territorial do planejamento voltado para o crescimento de determinado setor produtivo em área específica, com o que neste trabalho se considerou como desenvolvimento socioespacial, que é, na realidade, a busca da promoção do bem-estar e da justiça social.

Partindo desse princípio, o *desenvolvimento local* seria uma expressão cabível à definição de uma dada porção do espaço onde o projeto seria implementado. Já a expressão *socioespacial* caberia a uma abrangência maior do processo do desenvolvimento, que deve valer-se dos recursos (de toda ordem) disponíveis em

cada coletividade, estando, dessa forma, comprometido com a realidade, possibilidades e anseios de cada grupo, embora autores de grande respeitabilidade, como Cavaco (*in*: Rodrigues [org.], 1996:94-121) utilizem a expressão *local* com a mesma conotação de *socioespacial*.

Considerou-se importante frisar bem essa diferença, pois no caso específico do turismo nacional tornou-se muito comum entender o desenvolvimento local (geralmente planejado nas altas esferas da gestão pública) como o incentivo a grandes empreendimentos em numerosas comunidades tradicionais, sobretudo de pescadores, que tiveram seus núcleos tropicais apropriados pelo modelo de turismo “sol e praia”, fato que resultou na descaracterização de paisagens e de costumes locais, sem contudo gerar bem-estar para elas, que, além de não serem envolvidas no processo, eram até mesmo rejeitadas no novo mercado de trabalho, que exigia dos funcionários certo grau de desenvoltura e sobretudo escolaridade, que em boa parte dos casos nunca fora oferecida adequadamente aos residentes.

Segundo Gandin (1993:13), no Brasil “existe um relacionamento quase cômico entre a atividade de planejar e a de arquivar [...]”. Com essa simpática ironia, o autor advertiu os planejadores sobre uma realidade grave, que atinge perversamente os órgãos e instituições envolvidos com a gestão dos mais variados setores produtivos.

Tornou-se comum, durante vários anos, a elaboração de projetos mirabolantes, totalmente inoportunos e inoperantes, que trouxeram elevadíssimos gastos para os cofres públicos, entre outros prejuízos.

Trata-se da “cultura do gigantismo brasileiro”, re-

presentada pelo macroplanejamento do desenvolvimento, fruto de longos períodos históricos de centralização do poder de decisão, quando os governantes se empenharam para concentrar na esfera federal as estratégias de gestão do crescimento dos mais diversificados setores produtivos, esvaziando, dessa forma, as oportunidades de participação popular, o que resultou no agravamento da despilitização dos cidadãos brasileiros.

Por esse motivo, a população brasileira acostumou-se, forçosamente, a comportar-se passivamente diante de uma série de “pacotes de planejamentos”, que se sucederam por longos anos de antidemocracia, culminando hoje com sua quase total desarticulação política.

Como fruto do processo, o povo habituou-se a esperar do governo as resoluções mágicas para seus problemas banais do dia-a-dia, sentindo-se incapaz de se autogerir. Esse processo de intervenção das agências e empresas estatais foi analisado por Becker (1995:11):

O Estado, neste contexto, viria a ser chamado a assumir tarefas variadas, com vistas à organização, desenvolvimento e expansão do turismo no país. A intervenção estatal se fez sentir tanto na criação de órgãos e instituições normativas e executivas quanto na produção do espaço. Em 1958, foi criada pelo governo Juscelino Kubitschek a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), subordinada à Presidência da República (Decreto n.º 44.863, de 21/11/58). Em 1962 (Decreto n.º 543 de 23/01/58), a COMBRATUR seria extinta, dando origem à Divisão de Turismo e Certames do Ministério da Indústria e Comércio. Marco na história da política do setor foi

a criação da EMBRATUR em 1966 — Empresa Brasileira de Turismo (Decreto n.º 55 de 18/11/66) — bem ao estilo da atuação do governo militar, isto é, do planejamento estratégico por meio da multiplicação de empresas e agências, apesar de acelerar a modernização da sociedade e do território e de centralizar o poder do Estado em nível federal.

Mas com as incontáveis mudanças ocorridas na história político-econômica brasileira, tornou-se necessário redefinir, sobretudo a partir da década de 90, os rumos da gestão territorial, que vem sendo dificultada a cada dia pelo adensamento do conteúdo técnico da sociedade brasileira, bem como da complexificação de suas formas de produção.

Surgiu, então, uma infinidade de novas estratégias gerenciais, que permitiu uma administração do espaço mais compatível com os interesses neoliberais emergentes, expressos hoje, entre outros exemplos, pela descentralização do poder decisório, que isenta a esfera do governo federal de uma série de responsabilidades, outrora abraçadas pelos governos ditatoriais.

O município, até então amparado paternalmente pelas instâncias federal e estadual, passa a figurar como nova unidade de gestão do desenvolvimento, recebendo nova carga de poderes para direcionar seus processos particularizados, de acordo com suas prioridades, possibilidades e anseios.

Trata-se, portanto, de um novo momento político-administrativo na história nacional, em que os muitos programas de municipalização¹ ganham força (muni-

¹ A descentralização de inúmeros setores produtivos e da gestão do espaço só se concretizará se uma série de transformações estruturais

cipalização dos transportes, da saúde, da educação, da gestão ambiental, do turismo², entre outros), fazendo surgir a oportunidade de emergência das forças locais, em que a população mediante a iniciativa de inúmeras instituições sociais: ONGs, igrejas, sindicatos, partidos políticos, e outros, já começa a mostrar grande força de vontade para adquirir capacidades de auto-gestão, em que o desenvolvimento socioespacial apresenta-se realmente como possibilidade viável.

A municipalização do turismo pode até criar as condições para que esse processo ocorra, mas não se pode esquecer que nem sempre as populações locais estão devidamente engajadas e organizadas de modo adequado para exigir representatividade efetiva nos “Conselhos de Municipalização” (criados no município por força de lei), que geralmente não têm em seu corpo membros das instituições de defesa dos anseios da população local.

Normalmente, são formados pelos hoteleiros, comerciantes, representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, proprietários de restaurantes e demais re-

vierem redefinir não só as instâncias que receberão novas atribuições (sobretudo as prefeituras) como também os ministérios, que assim experimentarão o recambiamento de suas funções. Espera-se que ocorra um amplo movimento de reorganização de organogramas, desde as secretarias municipais até a presidência da República, como pressuposto para que tal processo seja coerente. Daí a dúvida de alguns pesquisadores sobre as reais intenções do governo federal, bem como das possibilidades efetivas de sucesso destes programas.

² Portaria n.º 130, de 30/3/94, que com base na Lei n.º 8.490, de 19/11/92, cria o Comitê Executivo para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

presentantes do *trade* turístico. São raros os conselhos que admitem equilíbrio entre o número de representantes do empresariado e o de sindicatos, movimentos comunitários, órgãos de defesa do consumidor, escolas e instituições de pesquisa, associações de trabalhadores do mercado informal, entre outros.

Mas apesar dos equívocos geralmente cometidos pelos gestores na constituição dos Conselhos Municipais, vale ressaltar uma das grandes vantagens do PNMT, que é justamente seu caráter mutável, pois o Programa tem procurado adequar-se à realidade de cada localidade onde é implementado — embora venha recebendo numerosas críticas.

As bases da descentralização foram lançadas pela OMT — Organização Mundial de Turismo, que publicou em 1993 o documento *Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*, escrito por George McIntyre, que inspirou o PNMT, cuja implementação ficou a cargo da Embratur, atualmente vinculada ao Ministério do Esporte e do Turismo, que tem procurado incentivar a descentralização administrativa do turismo num programa lançado em 1994 em Vitória, capital capixaba.

Numa primeira análise, feita para o momento atual, vê-se que o PNMT cria a possibilidade de emergência das forças comunitárias locais, o que não significa dizer, conforme anteriormente discutido, que tal perspectiva se concretizará de fato, pois com a descentralização da gestão do turismo outros segmentos sociais mais organizados lançam mão de todos os recursos possíveis para se apropriarem desse processo.

Como saída para superar tal situação, pode-se pensar na valorização da consciência de cidadania, por meio de campanhas que trariam como resultado a

organização e o fortalecimento das comunidades de base.

Essas, na realidade, é que deveriam gerir o turismo como um dos vetores do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida local por meio dos Conselhos Municipais.

Segunda Parte

A CONFIGURAÇÃO REGIONAL DO TURISMO CAPIXABA.

Um breve resgate histórico

Não se sabe ao certo quando começou a circulação de turistas pelo Espírito Santo, pois os dados existentes, além de não serem de todo confiáveis, pois as fontes não são reconhecidas pelos órgãos gestores do setor, ainda não passaram por estudo sistemático, fato que dificultou um maior aprofundamento da discussão. No entanto, partindo dos registros disponíveis, procurou-se apontar alguns acontecimentos históricos, que deram origem à estrutura turística dos dias atuais.

Os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX foram marcados, vez por outra, por visitantes ilustres, que registraram impressões sobre as terras da então selvagem Mata Atlântica, que exuberava desde o mar, até os recantos mais longínquos, onde as expedições pelos rios permitiam penetrar, apesar da rivalidade com os índios. Eram políticos, religiosos, fidalgos da coroa portuguesa e notadamente naturalistas, que descreveram aspectos da antiga configuração das terras e da população capixabas, que embora não fossem exatamente viagens de turismo nos moldes da atualidade, colaboraram para o enriquecimento do potencial turístico do estado, uma vez que registraram dados sobre histórias pitorescas, paisagens já perdidas e aspectos da cultura popular, que hoje fazem parte dos discursos

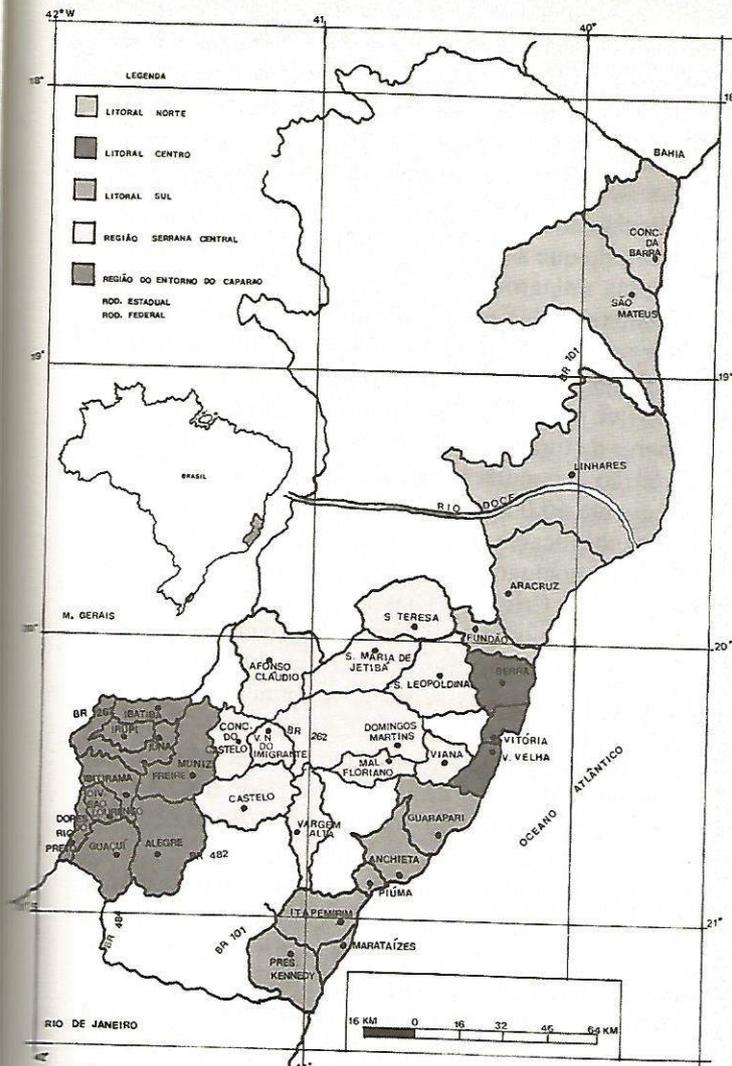
do *marketing* e sobretudo das explicações dadas aos visitantes pelos guias de turismo.

Desses viajantes, o mais célebre foi, indiscutivelmente, o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que escreveu a obra *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, publicada pela Editora da Universidade de São Paulo em 1974, na qual registrou suas impressões mais marcantes.

O fenômeno turístico brasileiro, na realidade, expandiu-se a partir da segunda metade do século XX, notadamente com a virada da década de 1960 (A. B. Rodrigues, 1997:124-47). No caso específico do fluxo espírito-santense, este passou a se projetar a partir de 1950, quando o litoral capixaba começou a exercer forte atração sobre a população de Minas Gerais, que passou a procurar as praias, sobretudo do litoral sul, motivados pelos boatos de um tipo raro de areia radiativa indicada para cura de doenças diversas como o reumatismo, dores pelo corpo, ferimentos de difícil cicatrização, entre outros. Surgiu então, a tradição de freqüentar as cidades de Guarapari, Anchieta, Piúma e Itapemirim, que com Vitória, Vila Velha e Serra (atual região do litoral central), formaram a primeira grande região turística do estado — a chamada “Faixa Radiativa” do litoral do Espírito Santo, que hoje também inclui os municípios de Marataízes e Presidente Kennedy, excluindo-se, contudo, os da outra região citada.

A areia especial que deu fama ao estado do Espírito Santo é, na realidade, rica em minerais radiativos como o fosfato de cério, lantânio, tório, mesotório, além de outros metais raros, como ilmenita, granada, turmalina, zircônio, rutilo e outros. Segundo Guerra (1989:296-7):

A monazita se acha disseminada nas rochas eruptivas e o seu aparecimento se verifica após a desa-



Fonte: Jornal da bolsa de investimentos turísticos do Espírito Santo (edição especial). Feira do Agroturismo de 1998.

gregação mecânica e decomposição química sofridas por essas rochas, liberando assim estes minerais cuja alteração se faz com maior dificuldade.

Em função dessa areia em suas praias, Guarapari tornou-se o principal balneário do estado já na década de 60, chegando a se tornar mais badalada no mercado turístico do que a própria capital Vitória, de forma que as “curas milagrosas” promovidas pela radiatividade das monazitas lhe rendeu o título de “Cidade Saúde”. Os demais municípios do litoral sul embarcaram na emergência de Guarapari, compondo um roteiro de praias que ainda hoje constitui o destino de viagem de milhares de turistas. Para se ter idéia do fato, durante o alto verão, a população de Guarapari, que é de aproximadamente 60.000 habitantes, passa para 600.000, ou seja, multiplica-se até dez vezes, produzindo graves problemas socioambientais (Portuguez, 1997:28-9).

Em 1967, Cristiano Dias Lopes Filho, governador do estado, seguindo a tendência do governo federal de centralização da gestão de determinados setores produtivos na esfera das ações governamentais, característica do regime militar, criou a Encatur — Empresa Capixaba de Turismo, mediante o Decreto-Lei n.º 2.296, de 17 de junho de 1967, tendo sido instalada no dia 9 de novembro do mesmo ano. Atualmente, a empresa acha-se em fase de liquidação.

A Encatur tinha como principal objetivo estimular o turismo receptivo no estado a começar pela Faixa Radiativa, conforme relata o então governador:

No seu primeiro ano de atividade a empresa [Encatur] procurou partir em busca de soluções que pudessem contribuir para a formulação dos princípios da Política Estadual de Turismo.

Após os inúmeros estudos e coleta de dados chegou-se à definição de que o potencial turístico do estado se concentrava principalmente em sua faixa litorânea radiativa, numa extensão de 150 quilômetros, de Nova Almeida, ao nordeste de Vitória, até Marataízes, no sul do estado, considerada a partir de então área prioritária no setor. (Lopes Filho, 1971:165.)

Em 1971, ainda durante o governo de Cristiano Dias Lopes Filho, a Encatur elaborou o *Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radiativa do Espírito Santo*, composto de cinco volumes, contendo farta descrição do potencial e características do litoral sul, que pode ser apontado como um dos mais importantes exemplos de preocupação do governo estadual com o setor, bem no modelo dos megaprojetos da época, que procuravam estimular o turismo por meio de macroestruturas e estratégias regionais com base em centros de polarização, no caso, Guarapari. Nesse sentido, o governador idealizou a chamada “Cidade do Sol”, por ele descrita da seguinte forma:

Pela sua importância no Plano Turístico Estadual, e pelo arrojada iniciativa, a construção da Cidade do Sol, ponto convergente da faixa radiativa do Espírito Santo, merece um capítulo especial no relato das atividades da Encatur. [...].

A Cidade do Sol será implantada numa área de 150 alqueires, dentro de uma tônica urbanística moderna e plenamente assentada sobre o planejamento global do Governo. Disporá, na sua estrutura urbanística, de cerca de 19 mil unidades familiares, além das áreas para implantação de centros comer-

ciais, para construção de hotéis e motéis, do centro de convenções e de todas as demais unidades que comporão o planejamento físico da futura cidade, já dimensionada para receber uma população que se estima 50 a 60 mil pessoas. Fora da temporada, as residências de veraneio programadas na Cidade do Sol poderão representar um coeficiente de hospedagem imenso, cujo significado maior se refletirá na conquista para a área dos grandes congressos e promoções nacionais e internacionais. (Lopes Filho, 1971:165-6.)

O projeto da Cidade do Sol, que seria implementado na praia do Sol, entre os municípios de Vila Velha e Guarapari, que passaria a fazer parte do setor urbano da *cidade saúde*, nunca saiu do papel, pois constituiu um megaprojeto oneroso e de sucesso duvidoso aos olhos dos políticos que comandaram o estado nos anos posteriores. Mostra, porém, a preocupação do governo com o turismo, que na época já era visto como atividade de grande potencial de promoção do “desenvolvimento econômico”.

No entanto, cabe ressaltar o fato de que a noção de “desenvolvimento” ainda hoje é vista como sinônimo de intervenções de grande impacto na paisagem (“cirurgias”, na voz dos urbanistas e pesquisadores de linha crítica), que mascaram a pobreza, prestando ao espaço um equipamento estereotipado, esteticamente bem elaborado, mas que nem sempre se vinculam à realidade socioambiental dos núcleos receptores, dando assim, origem aos ditos “não-lugares” (A. B. Rodrigues, 1997:25-36).

O espaço é um produto social historicamente (re)produzido. De acordo com a evolução do conteúdo

técnico que lhe dá movimento, pode assumir características totalmente diferentes de seus aspectos originais, perdendo identidade e assumindo uma complexidade capaz de torná-lo totalmente artificializado — incluem-se aí os aspectos da cultura local. Esses são os não-lugares, que no caso do turismo, podem ser representados pelos *resorts*, clubes de recreação de grande porte e pelos parques temáticos, entre outros exemplos (A. B. Rodrigues, 1997:25-36).

Em 1989, já no governo de Max de Freitas Mauro, realizou-se uma série de seminários que deram origem a um conjunto de documentos intitulados *Espírito Santo Século XXI*, que analisaram a situação socioambiental e político-econômica que o Espírito Santo vivia nesse momento, valendo-se ainda de estudos multidisciplinares que objetivaram a formulação de uma visão crítica das perspectivas do estado, para orientar as futuras ações governamentais.

Os documentos foram de fundamental importância para os governos seguintes, pois forneceram importantes dados sobre cada uma das MRHs — Micro-Regiões Homogêneas do estado. No documento síntese *MRH 210*, percebeu-se certo redirecionamento na visão de turismo, pois os estudiosos do setor, influenciados pelo movimento ambientalista que crescia na época, não o viam mais com tanto romantismo, uma vez que inúmeras considerações críticas acerca dos possíveis impactos socioambientais do turismo já eram previstos para as décadas posteriores.

Previu-se também forte impacto da massificação do setor nas manifestações tradicionais da cultura popular, que perderam numerosos traços em função da falta de interesse tanto dos setores da sociedade que as mantinham vivas, quanto das políticas públicas que vigoravam na época.

Um outro estudo que também detalhou alguns aspectos do litoral sul, foi realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 1993, quando inúmeros dados foram atualizados em nome de melhor planejamento governamental da região. Trata-se do *Plano de Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo — Projeto Macrozoneamento Costeiro do Espírito Santo*, que procurou valorizar o potencial receptivo das cidades do litoral sul, sem, contudo, conseguir elaborar um plano competente de gestão desse espaço, que impedisse a perda do potencial existente, pois, já no final da década de 80, Guarapari — e seu entorno — experimentou momento delicado em seu processo de “desenvolvimento” por meio do turismo, com a degradação de suas praias, fato que se deve sobretudo à extração de areia para aproveitamento dos minerais tório e mesotório, destinada à produção de energia nuclear, e do cério, que segundo Moraes (1974:111) é utilizado em diversos ramos da produção industrial:

O emprego das terras raras, principalmente o cério, é muito diversificado. Na atualidade são muito empregadas nas ligas pirofóricas de cério para as lâmpadas de arco dos refletores. Têm também aplicação na fabricação de vidros especiais que deixam passar os raios luminosos, mas refletem os ultravioletas e grande parte dos térmicos; na produção de ligas resistentes e leves [...]; como catalisadores em diferentes ramos da atividade química, assim como em corantes.

Mas essa exploração não data da década de 80. Conforme o mesmo autor, já na virada do século, a atividade extrativa da areia chegou a ser o segundo produto de exportação do estado, correspondendo a

4% do volume total, perdendo apenas para o café, que representava 94,5% das exportações desse período (Moraes, 1974:112).

Com isso, ocorreram dois fatos de grande importância: a substituição do atrativo do litoral sul e a emergência de novas regiões turísticas no estado. No que se refere à substituição da oferta, cabe reforçar a idéia de que a estrutura turística já estava posta à disposição da demanda; o que ocorreu, na realidade, foi a elaboração de nova estratégia de *marketing* turístico, que passou a valorizar novas potencialidades desse setor, como o turismo “sol e praia” propriamente dito — com todo o seu aparato técnico — em Guarapari. Ao analisar a redefinição turística da região, A. C. D. Rodrigues (1989:33), lembrou que:

[...] no caso de Guarapari, por exemplo, já se observa uma clara alteração do turismo/saúde anterior, que se baseia em aspectos como bucolismo, tranquilidade, etc., para um mercado que se estrutura em serviços mais sofisticados, promoções, etc.

Também digna de nota é a valorização do turismo religioso em Anchieta desde a época (anos 70 e 80). Porém, os resultados mais positivos dessa modalidade só ganharam fôlego em maio de 1998, quando as autoridades locais, junto com a Abrapa — Associação Brasileira dos Passos de Anchieta — criaram um roteiro para andarilhos devotos do beato, que caminham desde a Catedral Metropolitana de Vitória até a Igreja de Nossa Senhora de Santana em Anchieta, perfazendo percurso a pé de aproximadamente noventa quilômetros. Essa rota está sendo vendida pelo *marketing* como a versão brasileira do “Caminho de Santiago de

Compostela” (Fernandes & Souza. *Manchete*, 30/5/1998:43-9), fato que tem estimulado ironias dos críticos do setor, que vêm ridicularizando essa comparação em artigos e charges de jornais.

Atualmente, o litoral sul está passando por período de reestruturação físico-territorial para comportar o grande fluxo de turistas que, sobretudo durante o alto verão, fluem maciçamente para os balneários, que se sufocam com o crescimento repentino da população, fato que geralmente resulta em graves problemas de saneamento e equilíbrio ambiental. Com isso, cai a qualidade da estada e, conseqüentemente, o volume de turistas, pois visitantes e residentes se vêem obrigados a conviver com graves incômodos, dentre os quais a falta de água figura como o mais importante.

Foi, portanto, com a alteração do perfil turístico do litoral radiativo que outras regiões turísticas emergiram no estado: a consolidação do litoral central como região turística independente, formado pelos municípios de Serra, Vitória e Vila Velha, e o litoral norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz e Fundão.

Na realidade, o litoral central nunca precisou de uma política pública voltada exclusivamente para projeção como área de recepção, pois todos os planos de promoção de qualquer área turística capixaba sempre envolveram essa região de alguma forma, até pelo fato de Vitória, sua principal unidade constituinte, ser a capital do estado. No entanto, são muitas as estratégias de fomento ao turismo implementadas em cada município, que não serão analisadas neste trabalho por não apresentarem ação integrada com os demais municípios da região.

Conforme discussões anteriores, paralelamente ao

crescimento do fluxo no litoral sul, cresceu também o do litoral central. Esta segunda região turística passou a se projetar como unidade regional autônoma a partir do final dos anos 80, tanto por ser o ponto de convergência dos turistas em trânsito pelo estado, quanto pelo equipamento urbano que oferecia, e ainda oferece, as melhores condições de hospedagem, alimentação, vida noturna e recreação diurna do Espírito Santo. Evidentemente, o fato de abrigar a capital do estado, a cidade de Vitória, fez esse setor do litoral ser privilegiado por uma infinidade de situações, que acabaram conferindo-lhe posição de relevo no cenário turístico capixaba.

Além da estrutura citada, as vantagens políticas e econômicas proporcionadas pela complexidade urbana da Grande Vitória devem ser ressaltadas. É nessa região que se localizam as principais empresas, as maiores indústrias, as melhores estradas, o maior mercado consumidor, a maior malha de serviços e comércio, enfim, uma série de fatores que transformaram o litoral central em ponto de visitaçao indispensável aos visitantes que transitam pelas terras espírito-santenses. A tudo isso, associa-se o fato de esta região estar em posição geográfica privilegiada, na porção central do litoral, próxima às demais regiões, o que também facilita a programação de roteiros integrados.

São muitas as modalidades de turismo praticadas no litoral central, que vão desde o tradicional “sol e praia”, até modalidades “alternativas”, como o “turismo ambiental”, praticado nas unidades de conservação, e o “turismo cultural”, nas comunidades tradicionais, nas quais o artesanato ainda constitui importante atrativo, como em Goiabeiras, onde vivem as “panelleiras de Vitória”, mulheres famosas em todo o país por sua produção de painéis de barro.

A complexidade urbana também favorece outras práticas turísticas, como o “turismo de compras”, o “turismo fabril” — em indústrias de grande porte, como as visitas às instalações da Companhia Siderúrgica de Tubarão e à Fábrica de Chocolates Garoto, entre outras.

Comumente, os roteiros de *city tour* envolvem apenas os municípios de Vitória e Vila Velha, deixando o de Serra para roteiros alternativos, que geralmente se integram ao litoral norte, ou seja, a terceira região turística.

Em trabalho anterior, ao analisar a complexidade das regiões turísticas do estado, afirmei que as características gerais do município de Serra o aproximam muito mais dos aspectos que configuraram o litoral norte, do que o central, embora tenha reconhecido a importância paisagística dos manguezais existentes na fachada sul do município¹, que vem sendo estudada para implementação de roteiros ecoturísticos que integrem os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, todos banhados pelas águas da baía de Vitória, através da qual circularão as embarcações credenciadas para condução dos grupos pelos exóticos bosques de mangues.

Mesmo assim, costuma-se incluir Serra no litoral norte, baseando-se em alguns aspectos importantes: o município de Serra mantém acordos de planejamento conjunto com os de Aracruz e Fundão, além de sua se-

¹ O primeiro trabalho acadêmico elaborado sobre o potencial ecoturístico da baía de Vitória, onde se localizam os manguezais do município da Serra, intitula-se *A Organização Natural e Cultural da Baía de Vitória e Seu Entorno, e o Aproveitamento de Suas Potencialidades Turísticas*”, publicado por Portuguez (in Lemos, 1996:57-78).

de achar-se situada a considerável distância das áreas de práticas turísticas — as praias, fato que faz surgir um crescimento desequilibrado entre seus distritos. Com isso, esses acabam reivindicando suas emancipações, a exemplo do ocorrido com Marataízes, que se separou do município de Itapemirim no litoral sul, causando séria queda na arrecadação dessa prefeitura.

O fenômeno ocorre muito claramente no litoral norte, pois, com exceção de Conceição da Barra, todos os outros quatro municípios possuem distritos e lugarejos em franca ascensão socioeconômica (e sedes situadas em pontos distantes do litoral), em que o modelo “sol e praias” constitui a principal modalidade de turismo praticada. Guriri, em São Mateus, Itaúnas, em Conceição da Barra, Pontal do Ipiranga, em Linhares e Coqueiral de Aracruz em Aracruz, são apenas alguns exemplos de localidades onde as práticas recreacionais alcançam grande importância socioeconômica, fazendo cogitar-se a possibilidade de possíveis emancipações.

Como se vê, no Espírito Santo o turismo já se mostra como atividade cuja energia está dando origem à possibilidade de nova divisão política. Trata-se de claro impacto sobre a organização espacial, em que o modo de produção capitalista mostra mais uma vez seu poder de produção e de reprodução de espaços, que no caso são criados, ora pelo, ora para o turismo.

O litoral norte nunca contou com estudo acadêmico sobre seus aspectos turísticos, fato que também dificultou o resgate de suas características mais relevantes. O estado também nunca elaborou nenhuma proposta consistente de uso integrado, embora suas potencialidades turísticas já tenham sido reconhecidas pelos governantes. Das referências encontradas nos registros oficiais de governo, merece destaque uma

passagem do *Relatório de Informações Infra-Estruturais do Espírito Santo*, apresentado pelo então governador, Max de Freitas Mauro em 1988:

O litoral norte caracteriza-se principalmente pela primitividade de suas praias, que se constituem no principal atrativo natural, aliado à riqueza de seu folclore e artesanato. Merece especial atenção nessa região a Lagoa Juparanã, em Linhares, o sítio histórico do Porto de São Mateus e a Floresta de Raízes, [manguezais] em Conceição da Barra. (ES — Governo Estadual, 1988:63.)

Ainda hoje, o litoral norte possui praias praticamente selvagens, pouco ou até mesmo não ocupadas pelo homem. São muitas as localidades receptoras, mas as condições de acessibilidade são precárias, até mesmo pelo fato de se localizarem a certa distância das sedes municipais.

Regência, por exemplo, é uma comunidade de aproximadamente trezentos habitantes situada em Linhares. Recebe cerca de 3.600 turistas por ano conforme dados da prefeitura, que, para aí chegarem, percorrem 26 quilômetros em estradas de terra. É nessa localidade que o Projeto Tamar — Projeto de Proteção das Tartarugas Marinhas — instalou uma das três principais bases de coleta de dados para pesquisas no litoral brasileiro, bem próxima a foz do rio Doce. Com o exposto, vê-se que existe potencial, mas não existe estrutura adequada, por mais que o Tamar invista em equipamentos como museu ecológico, restaurante, pousada, lojas para venda de produtos do projeto, entre outros.

Por outro lado, o aumento do fluxo pode vir a trazer sérias alterações socioambientais, que necessitam ser

evitadas por competentes programas de controle ambiental, para que as praias da região não sejam tão impactadas pelo turismo mal planejado, a exemplo do litoral sul.

Nessa perspectiva, o crescimento do turismo não pode implicar somente o aumento quantitativo da demanda. A oferta deve ser bem elaborada e a estrutura de consumo que venha a se estabelecer no litoral norte, como em qualquer região turística, deve levar em consideração a questão das agressões ambientais, até porque essa é uma área já bem degradada em função da expansão da monocultura extensiva do eucalipto, que ocupa gigantescas áreas em todos os municípios do setor.

As alterações projetadas pelo eucalipto sobre as paisagens já começaram a dar resultados indesejáveis. Segundo Penha & Oliveira (1995:89-90)², até os anos 70, o município de Conceição da Barra era ocupado por população predominantemente rural, que vivia do cultivo de produtos alimentícios de subsistência e pequenos roçados comerciais; quando as propriedades passaram a ser absorvidas pelo programa de expansão do plantio de eucalipto, ocorreu a expulsão dos agricultores para o núcleo urbano, que não teve como absorvê-los no mercado de trabalho local. Conforme os estudos desses autores, o que restou para a população de indivíduos analfabetos e desqualificados foi a sobrevivência no mercado informal, mantido pelo turismo.

Se por um lado o turismo foi a alternativa de gera-

² Anotações da apresentação oral na sessão de comunicações livres e texto do livro de resumos do I Encontro Nacional da Anpege — Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia: "Território Brasileiro e Globalização", realizado de 5 a 9 de setembro de 1995 em Aracaju, Sergipe.

ção de renda para essa população (venda de coco, picolés, artesanatos simples, serviços domésticos ou de vigilância de carros nas praias ou de residências de veraneio), por outro causou grande incômodo para os banhistas, que passaram a conviver com considerável número de pedintes e, em alguns casos, a serem molestados por furtos e propostas de prostituição.

A programação de roteiros integrados pelas praias do litoral norte não tem sido tarefa das mais fáceis. Muitas localidades acham-se isoladas uma das outras, o que exigiria grande investimento em vias de acesso e estruturação de oferta, além de não existir programação satisfatória de transporte coletivo, que desestimula o fluxo para muitos balneários desse setor.

Por fim, um fenômeno que vem ocorrendo em todo o estado merece especial destaque na região em análise: a “febre” dos carnavais fora de época, nos moldes das folias de rua da cidade de Salvador (Bahia).

São festas públicas programadas pelas prefeituras em parceria com o empresariado local, que geram grande movimentação de turistas durante os eventos. Geralmente ocorrem nas sedes municipais para estimular o fluxo para elas, uma vez que as áreas litorâneas já são tradicionalmente procuradas. Desses carnavais, o mais conhecido é o do município de Linhares — o “Micarense” — que ocorre geralmente no mês de abril. Embora atraíam fluxo considerável, os carnavais fora de época não têm trazido os resultados desejados para as prefeituras, fato que tem gerado graves discussões políticas, acerca dos gastos das secretarias municipais de turismo com a programação dos eventos com recursos públicos.

Como se viu, o litoral capixaba é, sem sombra de dúvidas, o berço do turismo estadual, sendo a área de

maior atração turística, que tem na tropicalidade de seus muitos balneários o principal atrativo. A preferência pelo litoral é nítida na palavra dos turistas que visitam o estado, conforme revelou a *Pesquisa de Fluxo Receptivo* realizada pela ex-Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico — Sedes, em 1994.

Conforme esse estudo, os turistas que visitam o Espírito Santo são fundamentalmente sudestinos, de modo que Minas Gerais contribui com aproximadamente 46,4% do fluxo total, sendo portanto o maior centro emissor. Nesse ano, 14% dos turistas eram do Rio de Janeiro, 12% de São Paulo, 7,1% do Distrito Federal, e as demais unidades federativas contribuíram com os 20,9% restante do fluxo, em que se incluiu também o pequeno número de estrangeiros que visitaram o estado. Com o exposto, verifica-se que o turismo do Espírito Santo caracteriza-se pelo seu caráter eminentemente nacional.

Algumas das principais cidades do Centro-Sul brasileiro acham-se situadas dentro do raio de atração de 1.000 km, contados a partir de Vitória, capital do estado. A origem dos turistas exige, desse modo, que a oferta seja dotada de boa qualidade, pois eles são oriundas dos grandes centros da região Sudeste, onde a vida cidadina disponibiliza uma série de recursos que devem também ser oferecidos pelos núcleos receptores que os acolhem. Embora contraditório com a ideologia do “turismo alternativo”, a população visitante tende a exigir o conforto típico dos lugares de origem, o que atesta seu caráter urbano massificado.

Conforme a mesma pesquisa, 84% dos turistas declararam que viajaram unicamente para descansar, ao passo que 13% afirmaram que seus deslocamentos se devem a atividades profissionais, visitas a amigos ou

parentes. Eventualmente, os últimos também aproveitaram o tempo livre para recrear, o que acaba estimulando a estrutura de gastos nos equipamentos disponíveis.

Quanto aos atrativos, cabe ressaltar que aproximadamente 72% dos entrevistados afirmaram que a tropicalidade dos balneários capixabas constituiu o atrativo que motivou suas viagens. Tal afirmativa reforça a importância do turismo “sol e praia” para o estado, que se manifesta, ainda, nos atuais projetos em fase de viabilização financeira pelo governo estadual.

Uma observação relevante: assim como qualquer área litorânea, o Espírito Santo vem sofrendo com um fenômeno de graves conseqüências: a alta sazonalidade da demanda, com a concentração das viagens nos meses de verão, afluindo gigantesco contingente de turistas durante um período específico do ano, causando considerável concentração do uso do espaço receptor e, conseqüentemente, concentrando também os impactos socioambientais.

Para minimizar as más conseqüências da sazonalidade, o governo estadual, em parceria com as prefeituras municipais e iniciativa privada, vem incentivando a visitação a outras regiões turísticas do Espírito Santo, na tentativa de ofertar roteiros opcionais tanto para os turistas de outros estados brasileiros, quanto para a população capixaba. Tais roteiros não chegam a competir com o turismo litorâneo, mas o complementam por meio de passeios programados a partir das áreas urbanas costeiras, onde se veicula o *slogan* “Espírito Santo, mar e montanha”.

Não existe intenção de incentivar a substituição da prática já estabelecida ao longo da costa. O programa de incentivo ao “turismo alternativo” nas duas outras regiões turísticas do estado — “agroturismo” na re-

gião serrana central e do “turismo ambiental” no entorno do Caparaó — emergem, pelo menos em tese, como segunda opção de entretenimento, bem como estratégia de interiorização de oportunidades de desenvolvimento mediante uma atividade de baixo custo operacional, que agregue renda para as coletividades residentes no setor serrano do estado.

Segundo Comastri, Pimentel & Sá (1981:11) a criação do Parque Nacional do Caparaó começou a se configurar a partir do dia 20 de setembro de 1948, quando o Decreto-Lei Estadual foi assinado pelo então governador, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que instalou a “Reserva Florestal do Pico da Bandeira”, doada posteriormente ao governo federal para que este instaurasse o parque, que foi efetivamente implementado pelo Decreto-Lei n.º 50.646 de 24/5/61, assinado por Jânio Quadros, então presidente da República. Embora dotado de numerosos atrativos, como trilhas ecológicas, cachoeiras, fauna e flora nativa de grande valor ambiental, paisagens paradisíacas, entre outros, é o pico da Bandeira, com seus 2.890 m de altitude — terceiro maior do Brasil — que realmente encanta os turistas, que para aí viajam em busca de algumas das muitas aventuras proporcionadas pelo turismo ecológico local.

O entorno do parque despertou o interesse do governo estadual para fins de turismo na mesma década de 40, mas essa atividade incrementou-se a partir do final dos anos 60, quando Cristiano Dias Lopes Filho mostrou grande preocupação em aproveitar as potencialidades de seus 26.000 hectares para fins de recreação. Pensou em propor um plano de manejo por meio da Encatur, mas não chegou a concretizá-lo, pois a acessibilidade sempre foi fator limitante do fluxo.

Por sinal, as vias de acesso só começaram a ser abertas pelo lado capixaba a partir de 1998, quando o estado iniciou as obras de uma estrada-parque que terá aproximadamente cem quilômetros de extensão, ligando a BR-262 com a BR-486-MG, conforme compromisso firmado no dia 5 de junho de 1998 quando Vítor Buaiz, então governador, assinou o “Termo de Referência”, que instaurou os estudos preliminares para a execução do empreendimento.

Seu entorno, que constitui a Região Turística do Parque Nacional do Caparaó, é formado pelos municípios de Dolores do Rio Preto, Irupi, Muniz Freire, Alegre, Guaçuí, Divino de São Lourenço, Ibatiba, Ibitirama e Iúna.

Esses municípios formam um aglomerado de pequenas localidades situadas ao pé das elevações mais altas, que servem de bases de apoio para grupos de andarilhos que cruzam as trilhas de acesso a algumas das maiores elevações do estado. Os documentos analisados mostraram que o entorno do Caparaó sempre teve as potencialidades reconhecidas pelos governantes que estiveram à frente do estado desde sua criação, mas que em função das dificuldades de acesso, nunca chegaram a constituir prioridade para o *marketing* turístico, pois procurou-se valorizar as modalidades mais difundidas, como oportunidade de fazer reproduzir os bons resultados dos investimentos no menor prazo de tempo possível.

Mas a partir dos anos 80, sobretudo com a virada da década de 90, emerge sobremaneira o movimento ambientalista em todo o mundo, e também no Brasil, que sediou a II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Rio Eco 92. Fortaleceram-se as atividades comprometidas — ou

supostamente comprometidas — com a conservação ambiental, no discurso do “desenvolvimento sustentável”, que tem embalado uma infinidade de projetos de governos e da iniciativa privada. Tais empreendimentos atingiram, e ainda atingem, os mais diversificados setores produtivos, dentre eles o turismo, por meio das ditas “modalidades alternativas”, dentre as quais se destacam o “ecoturismo” e também o “turismo rural”, ou, talvez, o “turismo eco-rural” (A. B. Rodrigues *in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:95-6), que será depois analisado.

Conforme discutido anteriormente, o turismo não se reveste somente de *glamour*, sendo considerado, como qualquer outra atividade social mal planejada, grande gerador de impactos socioambientais. Nesse sentido, torna-se necessário lembrar das palavras de Souza (*in*: A. B. Rodrigues [org.], 1997c:20-1), que afirmou que o grau de complexidade da demanda regula, pelo menos em boa parte, os tipos de impactos por ela provocados. No caso, segundo o autor, os efeitos positivos do turismo podem até predominar. Por outro lado, em localidades de cultura tradicional, como a da região do entorno do Caparaó e as da região serrana central, os impactos negativos podem ser “traumáticos”. Um lugar dotado de alta complexidade técnica tende a dissipar as referidas agressões.

Com o exposto, vê-se que um parque, como qualquer área de natureza conservada, enquadra-se na categoria dos lugares mais simples (Souza, *in*: A. B. Rodrigues [org.], 1997c:21), o que os tornam altamente vulneráveis aos impactos decorrentes de uma prática turística desprovida de cuidados. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o “turismo alternativo”, sobretudo o ecoturismo, quando mal ordenado, torna-se

muito mais predatório que as ditas modalidades tradicionais do turismo de massa.

Como já é de conhecimento geral, o meio urbano é a grande área emissora dos turistas que buscam o meio rural e estes lugares ditos “naturais”, atendendo aos apelos da mídia que procura constantemente veicular a “ideologia do retorno à natureza”, fundamentada no discurso da vida citadina como massacrante e estressante, cujo cotidiano tende a distanciar as pessoas da vida saudável, de modo que elas devam buscar nas viagens agroturísticas e/ou ecoturísticas o descanso e a paz há muito perdidos nos grandes centros. A esse respeito, A. B. Rodrigues (*in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:86) afirmou:

[...] O crescimento das modalidades de turismo relacionadas, de alguma forma, a espaços não urbanos, revela uma necessidade, cada vez mais estimulada pelos meios de comunicação de massa, do retorno a uma vida bucólica que o processo avassalador de urbanização não tem condições de conservar. Trata-se na verdade, de um amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica pelo qual passam as sociedades ditas avançadas e, portanto, altamente urbanizadas, onde impera uma cultura baseada no culto ao individualismo. Assim a montanha, a natureza exuberante ou, de modo mais genérico, a paisagem natural, converte-se no cenário onde os cidadãos buscam reencontrar valores que o chamado progresso eliminou da vida cotidiana.

A mesma autora refere-se ao turismo rural e ao ecoturismo — ainda criticando a propaganda do setor — como exemplos de atividades que possibilitam o

reencontro com tempos e com os lugares perdidos, por ela chamado de movimento do “retrô” (A. Rodrigues, *in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:88).

Com toda essa discussão, pode-se compreender que a valorização do turismo ecológico na região do entorno do Parque Nacional do Caparaó, e também do agroturismo na região serrana central vem responder aos anseios não somente do cidadão urbano em sua necessidade de repouso e dos pequenos produtores que sonham com lucros maiores, mas sobretudo de toda uma estratégia de publicidade.

Ainda é válido lembrar que o governo estadual se comprometeu a apoiar iniciativas de estruturação física das localidades situadas nessa região de turismo ambiental, que, a partir deste ano, terá seu fluxo bem intensificado, o que conduzirá à carência de estudos voltados para a avaliação da capacidade de carga do parque, para que seus recursos não entrem em processo de degradação.

Por fim, resta caracterizar o Programa do Agroturismo, elaborado pelo governo estadual no final dos anos 80, ao qual se atribui a formação da região turística “Serrana Central” do Espírito Santo, domínio do “turismo rural”. Antes, porém, vale a pena resgatar algumas pesquisas referentes a essa modalidade de prática recreativa, a fim de contextualizar as considerações posteriores.

A estagnação das áreas rurais. Alternativas de superação

A história econômica mundial mostra claramente o quanto o “desenvolvimento” não se processou de forma espacialmente homogênea, em função dos modelos mundialmente adotados de reprodução do capital, que, ainda hoje, têm papel altamente segregador, pois privilegia algumas áreas para implementação de projetos desenvolvimentistas, em detrimento de outras.

Nesse sentido, na chamada “engrenagem global”, o meio rural passou a atuar como área marginalizada, uma vez que o discurso clássico da “modernidade” se apoiou durante anos na atividade industrial, privilegiando a cidade, num processo hierarquizador desses lugares, em que o campo passou a exercer o papel de saneador das necessidades urbanas (fornecimento de matéria-prima, alimentos, água potável, reservas de valores, entre outros exemplos), fato que resultou no retardamento — e, em alguns casos, até mesmo na atrofia — de suas empreitadas de promoção do crescimento econômico e da conquista de melhor qualidade de vida. Ao campo, coube nesse processo a função de consumir os serviços e produtos oriundos das cidades, num comportamento eminentemente passivo diante do dito “progresso global”.

Não só no Brasil, como em muitas outras nações do mundo, o processo — mesmo que diferenciado — de

urbanização provocou o esvaziamento das áreas rurais, resultando não só em graves problemas sociais para o meio rural, como também para o urbano. O campo passou a depender cada vez mais do governo para manter-se produtivo, mas mesmo com esse auxílio, em muitos casos a produtividade permaneceu insuficiente para assegurar o bem-viver das populações rurais, que experimentaram — e muitas ainda experimentam — dolorosas fases de escassez dos mais elementares recursos de subsistência.

A esse respeito Cavaco (*in*: A. B. Rodrigues [org.], 1996:96) lembrou que:

O mundo ocidental conhece atualmente múltiplas situações de crise econômica e social, mas também de novas oportunidades, geradas por sistemas de apoios oficiais e privados, nomeadamente no quadro de programas nacionais e comunitários, pelas novas tecnologias de comunicação, informação, produção, organização e marketing ou pelas inovações no sentido da qualidade [...]. No nível de micro-regiões, nos pequenos territórios, aldeias e populações, são fortemente sentidas as mediocridades de rendimentos e condições de vida, a falta de empregos e ganhos, traduzidas no êxodo, a de serviços de apoio aos idosos, as insuficiências no acesso e na qualidade do ensino ou da assistência, a falência das atividades econômicas, a destruição dos tecidos socioeconômicos, a pobreza, a degradação geral da habitação, dos fontanários, das ruas das aldeias.

Nesse sentido, uma série de medidas, como: linhas de crédito, subsídios, financiamentos de produção, entre outras, foi tomada em nome do socorro ao meio rural, resultando em outros graves problemas como:

elevação dos custos sociais da produção, incentivo à dependência financeira, juros elevados e até mesmo o comprometimento da posse da terra em caso de longas inadimplências por empréstimos.

Em uma primeira análise, a esfera técnica¹ do campo pode ser considerada prolongamento da “tecnosfera” urbana, ou, melhor dizendo, sua reedição, em que as características locais não chegam a constituir ambiente técnico autônomo. Dessa forma, reproduz, dentro de certas especificidades, o conteúdo do urbano em pleno meio rural, evidenciando, desde seus anseios até suas mazelas e necessidades. Por tal motivo, há quem diga que os grandes problemas rurais são originados nas cidades.

Mas em função da maior complexidade da sua tecnosfera, as cidades dispõem de maiores recursos mobilizáveis para amenizar suas angústias, ao passo que ao campo, segregado nas instâncias do poder, restam apenas as alternativas: esperar passivamente as atitudes caridosas de socorro vindas sobretudo do Estado paternalista, ou reagir, mobilizando as próprias forças — mesmo que poucas — para resolver seus problemas.

Tal reação, fruto das dificuldades enfrentadas pelas populações rurais de se inserirem no processo de “desenvolvimento”, levaram-nas a investir nas formas “alternativas” de produção, geralmente baseadas na

¹ Segundo Milton Santos (1988:10), as técnicas que constituem o conteúdo da tecnosfera, são um “conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada [...]. Devem ser entendidas em sua cohabitação em um lugar, mas também na sua sucessão”.

multifuncionalização² das propriedades, na diversificação das atividades produtivas, bem como na mobilização de recursos tecnológicos (automação e mecanização da produção rural).

É nesse sentido que novas experiências vêm sendo implementadas no meio rural, na tentativa de amenizar, pelo menos em parte, seus mais variados problemas. Iniciativas como a valorização da indústria familiar, o revigoramento do artesanato, o incentivo aos setores comercial e de serviços, a emergência do trabalho informal e a implementação de programas de “turismo alternativo”, são apenas alguns dos exemplos mais notáveis.

No caso específico deste trabalho, focalizou-se uma das modalidades do turismo praticado em espaço rural: o agroturismo, que no Espírito Santo foi eleito como uma das principais atividades a serem fomentadas pelo governo estadual, como oportunidade de promoção do “desenvolvimento” do campo, não para substituir as atividades agro-silvo-pastoris tradicionais, mas para possibilitar a multifuncionalização das propriedades e como alternativa de geração de renda e ocupação para a população da chamada região serrana central.

Para melhor compreender essa atividade, passa-se a resgatar algumas considerações acerca de suas dimensões conceituais, pois a impropriedade vocabular existente nos documentos disponíveis acabaram por passar a idéia de que o agroturismo é a “salvação da lavoura”, procurando muito mais prestar-lhe *glamour*, do que defini-lo propriamente.

² O fenômeno da multifuncionalização pode ser entendido como a agregação de atividades produtivas em uma determinada organização — no caso as propriedades rurais — de modo a diversificar produtos, serviços e mercadorias na tentativa de criar condições para o aumento da renda e da oferta de postos de trabalho por ela.

Agroturismo. Aspectos conceituais

Tem-se tornado comum encontrar nas obras dedicadas ao estudo do turismo rural, grande confusão terminológica, que muito dificulta sua apreensão conceitual. A esse respeito, Tulik (*in*: A. B. Rodrigues [org.], 1997c:137) afirmou que:

A avaliação da literatura existente sobre Turismo Rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e ações empreendidos nessa área.

O resultado mais óbvio desse fato é a proliferação de trabalhos — científicos ou não — comprometidos com uma infinidade de termos, que, pelo fato de serem imprecisos, resultam na aceitação de “submodalidades” do turismo rural: turismo verde, turismo naturalista, de habitação, de estância, de retorno, de montanha e, entre outros, o agroturismo.

A afirmativa dessa autora pode ser comprovada com a revisão da literatura européia sobre turismo rural, que evidencia clara variedade de métodos e intenções acerca dessa modalidade. Segundo Gómez (1988:14), entre os países europeus em que os programas de fomento ao turismo rural se acham mais

desenvolvidos, existem diferentes concepções sobre o que se deve entender por espaço rural, pois a definição do turismo nessas localidades depende do esclarecimento do que se deve considerar áreas de referência.

Assim, a Itália e a França costumam definir como espaço rural as zonas com pequenos núcleos de população, onde se verifica certa tendência de contraposição entre os espaços rural e o cidadão. Na Itália, inclui-se as áreas de montanhas como parte do ambiente rural, e na Grã Bretanha e Irlanda, o campo é visto como antônimo de cidade, com um fato em particular: todas as aglomerações humanas são vistas como cidades, independente do tamanho e/ou de sua população absoluta. Por fim, o mesmo autor lembrou que na Grécia e em Portugal define-se campo como sinônimo de áreas com vocação para as atividades agrárias.

A. B. Rodrigues (*in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:92) observa que, no Brasil, o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — considera área urbana as sedes municipais, as sedes distritais e as áreas urbanas isoladas, ao passo que as áreas rurais são as situadas fora desses limites, incluindo-se os aglomerados rurais. A autora criticou essa definição proposta pelo IBGE para a elaboração dos censos demográficos, afirmando que:

Conforme se pode observar, há muitas ambigüidades nesta classificação. Segundo este critério, uma sede de distrito — vila — com 100 habitantes, por exemplo, é considerada urbana, enquanto um distrito industrial, com sua planta e residências de empregados é considerado rural.

Daí a grande diversidade de termos, pois, para cada configuração socioespacial, o turismo vai assumir características próprias, de modo que não se pode falar, em realidade, em um turismo rural, mas sim em um conjunto de práticas turísticas em espaço rural¹.

Dessa forma, considerou-se conveniente assumir propositadamente a amplitude da expressão “turismo em espaço rural”, que, justamente pelo fato de ser abrangente, torna-se menos ambígua do que apenas “turismo rural”, até porque, na área em estudos, o agroturismo adquiriu infinidade de feições, que por vezes o faz confundir-se com modalidades diversas, de modo que cabe assumir postura mais aberta, na tentativa de não fragmentar demais os parâmetros conceituais em função dos tipos de práticas recreativas aí existentes, das quais se pode destacar o “turismo ambiental”, “de aventura”, “de eventos”, “de saúde”, entre outros.

No Brasil, ainda são poucos os trabalhos voltados para essa modalidade de turismo. Portanto, o amadurecimento teórico com base nas experiências brasileiras ainda se encontra em estágio embrionário. Segundo Zimmermann (1996:23), um dos idealizadores do modelo de turismo em espaço rural implementado em Lajes (Santa Catarina), essa atividade pode ser definida da seguinte forma:

¹ Segundo A. B. Rodrigues (in Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:91), em Portugal, por exemplo, a expressão “turismo no espaço rural” foi adotada oficialmente para designar as quatro modalidades turísticas típicas do campo: “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agroturismo” e “hotel rural”. Na Espanha, o termo “turismo em áreas rurais” agrega também várias modalidades.

O turismo rural é um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo.

Como se vê, essa conceituação é bastante imprecisa, não deixando claro em quais pontos o turismo rural difere dos demais, pois em sua definição a palavra *rural* pode ser substituída por qualquer outra que indique modalidade — urbano, natural, de cultura tradicional, entre outras — sem, contudo, perder o sentido.

Mas o mesmo autor reconhece em seguida que o seu livro *Turismo Rural: um Modelo Brasileiro* não é exatamente uma contribuição acadêmica, ao afirmar que, para suas intenções, a questão vocabular é um elemento secundário na discussão do turismo rural:

Não é importante, na verdade, discutir a filosofia de conceitos e títulos, mas sim divulgar uma proposta que nasceu da prática, que atende a demanda definida de clientela e que, a partir daí é que foram formulados os conceitos sobre o produto. (Zimmermann, 1996:23.)

A impropriedade conceitual também pode ser identificada na total inadequação da definição de turismo rural proposta pela Embratur, em seu *Manual Operacional do Turismo Rural*, publicado em 1994, e que se encontra em fase de reformulação:

O Brasil adotou para o Turismo Rural um conceito múltiplo — um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, tu-

rismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde.

O Turismo Rural inclui todas estas variedades. É o Turismo “do país”, um turismo concebido por e com os habitantes desse “País”, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas. (Embratur, 1994:7.)

Segundo Silva, Vilarinho & Dale (*in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:14), a Embratur tem trabalhado atualmente com outra definição de turismo rural:

Atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias.

A. B. Rodrigues (1997:126) lembrou que o processo de urbanização não gerou mudanças apenas nas cidades, até porque, nos dias atuais, é muito difícil “distinguir o que é urbano do que é rural”. Nesse sentido, é válido lembrar que, por mais que se procure valorizar as características do ambiente receptor, todas essas “submodalidades” do turismo rural ganham, crescentemente, forte conteúdo técnico, que acaba por caracterizá-lo muito mais como extensão do fenômeno urbano do que propriamente do campo.

Assim, o turismo em espaço rural foi definido, sinteticamente, como um conjunto de modalidades, que consiste na atração de demanda eminentemente interna e citadina para os ambientes rurais, em que os turistas podem experimentar maior contato com um

ambiente bucólico, bem como com os costumes locais e o dia-a-dia da vida no campo.

Tal definição muito se aproxima da idéia de “Turismo Eco-Rural” proposta por A. B. Rodrigues (*in*: Almeida, Froehlich & Riedl [org.], 1998:94-5), que consiste numa prática de turismo alternativo ao turismo de massa, que atende aos interesses de pequenos grupos que se deslocam por “áreas naturais” protegidas, bem como pelos espaços ditos rurais, cujas características fujam aos padrões do “fenômeno urbano”. Segundo a mesma autora, o turismo “eco-rural” possui certa dimensão “virtual”, no sentido da simulação, ante a crescente tecnificação de sua estrutura receptiva, oferecendo diversos tipos de hospedagem, que vão desde a rusticidade dos acampamentos até a sofisticação dos *resorts*.

O agroturismo, por sua vez, pode ser entendido como a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. Tal distinção faz-se necessária, uma vez que se pode, por exemplo, praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade.

Admite-se, porém, a existência de alguns equipamentos fora das propriedades (hotéis e restaurantes nas sedes municipais, postos de informações, etc.) como forma de dar melhor suporte aos empreendimentos, desde que a maior parte da programação de recreação se dê dentro das fazendas e sítios. No caso específico da área em estudo, esse equipamento de apoio tem exercido importante papel na captação e

acomodação da demanda, sobretudo nas áreas em que o Programa do Agroturismo ainda se acha em fase inicial de implementação.

Outra definição de fundamental importância é a de excursionismo, pois, conforme os relatos dos proprietários durante as viagens a campo, a grande maioria dos visitantes não pernoita nas propriedades, o que descaracteriza, por definição, a prática turística, enquadrando esse tipo de viagem na condição de excursão, ou seja, aquela em que a pessoa não passa mais de 24 horas fora de seu domicílio habitual, caso se tome por base a definição de turismo proposta por Miriam Rejowski, no *Manual de Treinamento de Operadores Locais* do PNMT — Programa Nacional de Municipalização do Turismo:

O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos, quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas [...]. (Rejowski [org.], 1996:12.)

Isso se dá pelo fato de a maioria das propriedades não se encontrar, pelo menos por enquanto, em condições de alojar os visitantes. Dessa forma, eles passam o dia e retornam no final da tarde, o que caracteriza um fluxo excursionista, e não turístico em sua expressão conceitual.

Por sua vez, o excursionismo pode ser definido como deslocamento temporário — inferior a 24 horas — podendo ser programado por empresas especializadas, ou mesmo por grupos que se organizam e fretam veículos de maior capacidade de acomodação de passageiros. Nessa categoria, incluem-se também os passeios de amigos ou famílias em carros particulares, desde que o tempo gasto por eles não ultrapasse o prazo mencionado. Tais definições foram admitidas como referências para as atividades da Embratur e foram inspiradas nas publicações da OMT — Organização Mundial de Turismo.

Optou-se, por utilizar a expressão *visitante* que aqui se aplica tanto aos turistas quanto aos excursionistas, pois o corpo de conceitos admitidos pela OMT costuma ser muito criticado pelos pesquisadores do turismo, além de não caber neste trabalho a discriminação entre as duas práticas, pois todos os visitantes utilizam praticamente os mesmos equipamentos.

A tudo isso, soma-se o fato de o pernoite ser um indicador muito insuficiente para diferenciar tais práticas, pois o próprio mercado encarregou-se de o desprezar, ao anunciar, por exemplo, “excursões de uma semana para o Nordeste”.

Embora se respeite a importância dos conceitos da OMT, há de se considerar que a idéia tradicional de turismo já não atende mais aos anseios do mercado e das pesquisas acadêmicas, diante das crescentes mudanças em curso nesse setor produtivo.

Só para se ter idéia desse fato, hoje se fala em uma modalidade de turismo que dispensa a viagem: o “turismo virtual”, analisado criticamente por A. B. Rodrigues (1997:25-36). Trata-se de experiência que a cada dia se torna mais acessível ao grande público, sobretudo

do em tempos de massificação dos recursos da computação e da realidade virtual tridimensional. Esses recursos acham-se disponíveis nas redes de telecomunicação como a Internet e também por meio dos programas de multimídia facilmente encontrados nas lojas especializadas de todo o mundo. Assim, a noção de turismo se reformula, admitindo experiências até então desconhecidas, mas que emergem com a tecnificação crescente das sociedades de todo o mundo.

Para os defensores do turismo *in loco*, essa é, na realidade, uma atividade de lazer, pois, como costumam afirmar, turismo implica deslocamento pelo espaço. Mas mesmo com essa crítica há de se reconhecer os avanços apresentados pelo setor, que tem prometido inovações inimagináveis ao senso leigo, fato que exige uma conceituação — que é uma construção puramente teórica — aberta, livre de preconceitos e propensa a refletir os novos aspectos da atividade em suas versões pós-modernas.

Origens do turismo em espaço rural no Brasil

Ao analisar as origens do turismo em espaço rural, nos moldes da atualidade, técnicos da Embratur (1994:6) observaram que a prática da hospedagem em propriedades rurais surgiu da necessidade de abrigar os viajantes que circulavam por regiões norte-americanas pouco povoadas e de paisagens atraentes, onde não havia estrutura hoteleira. Surgiram assim as chamadas “Farm Houses”, ou ainda “Country Vacations”.

Ao que parece, foram os caçadores e pescadores quem deram início a essa prática, pois, em função da difícil acessibilidade das áreas de caça e pesca fartas, a única alternativa viável era pernoitar nos ranchos mais próximos. Com o passar do tempo, essas propriedades passaram a oferecer maior estrutura de acomodação e lazer, dando origem aos primeiros *resorts* e hotéis-fazenda desse país, que atualmente são conhecidos como: “Working Farm”, “Working Ranch”, “Guest Farm”, “Ranch Resort” ou “Lodge Resort” e “Wilderness Lodge”.

Essa prática também era e ainda é muito comum na Europa, sobretudo na França, na Espanha, em Portugal, na Itália, na Grã-Bretanha e em muitos outros países do mundo, como na Argentina, no Uruguai, na Nova Zelândia e também no Brasil.

Não se sabe ao certo em que período essa atividade começou a se projetar na Europa e nos Estados Unidos,

pois, como já foi dito, existe grande imprecisão na definição do que seja espaço rural, de modo que as viagens para as instâncias hidrotermais, para alguns pesquisadores, constitui uma forma específica de turismo — termalismo — ao passo que para outros chega a englobar as atividades recreacionais do meio rural.

De qualquer forma, cabe esclarecer que o turismo em espaço rural e em especial o agroturismo em suas várias versões começou a se projetar em todo o mundo a partir da década de 60, embora algumas experiências bem-sucedidas tenham ocorrido em períodos anteriores.

O modelo adotado no estado do Espírito Santo é, na realidade, uma adaptação das práticas tradicionais do agroturismo do norte italiano. Segundo Desplanques (1973:151-2), essa modalidade de turismo em espaço rural nasceu na Itália em meados da década de 60, quando as visitas passaram a ser vistas como oportunidade de revitalização da economia rural, que, além de numerosos problemas de ordem financeira, sofria ainda com o desestímulo dos agricultores. No período de 1951 a 1971, cinco milhões de italianos deixaram o campo e migraram para as cidades, o que resultava em graves problemas para ambos os espaços.

A prática turística veio, nesse sentido, como uma forma de estimular a geração de renda em atividades agrícolas, em que os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo, até mesmo auxiliando na colheita, entre muitas outras atividades típicas do meio agrário.

A hospedagem dava-se em unidades habitacionais anexas às residências, onde o turista vivenciava experiência bem próxima da “familiar”. Tal prática deu origem ao que Desplanques (1973:162) chamou de

“agricultura do lazer”. O modelo expandiu-se na Europa e em vários países do mundo, entre eles o Brasil. No Espírito Santo, foi implementado com diversas adaptações, com base em algumas visitas feitas por políticos e proprietários rurais durante a fase de pré-implantação da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo (1993).

Por outro lado, existe certo consenso em admitir que o turismo em espaço rural no Brasil se tenha iniciado na cidade de Lajes, em Santa Catarina, de onde se disseminou por diversos estados da federação, como no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, no Paraná, em Pernambuco e, também, no Espírito Santo, onde uma de suas versões mais conhecidas, o “agroturismo”, figura como a prática mais difundida.

Segundo Zimmermann (1996:3) o município de Lajes possui posição geográfica muito favorável para o turismo, pois se acha situado no entroncamento das rodovias BR-116 e BR-282, de modo que no início da década de 80 já recebia considerável volume de turistas, pois a cidade, que é a maior e mais importante do planalto catarinense, está justamente num ponto equidistante entre Curitiba e as serras do Rio Grande do Sul, de modo que seu equipamento era utilizado pelos viajantes em trânsito para as cidades de Gramado e Canela. Dessa forma, Lajes tinha um elemento fundamental para o êxito do turismo: a demanda.

No entanto, esse fluxo só utilizava a cidade como ponto de parada para descansos rápidos e lanches. Muito eventualmente, um pernoite. E foi pensando na possibilidade de aproveitar a presença desse grande contingente de turistas, que, em 1984, a prefeitura criou a Comissão Municipal de Turismo que tinha

como objetivo dar condições para que o fluxo fosse mais bem aproveitado pelo empresariado local.

Conforme os relatos desse autor, foram muitas as discussões acerca do produto que o município iria oferecer aos turistas. Após acirradas discussões e algumas investigações entre a clientela potencial, percebeu-se que a grande vocação do município concentrava-se fora da cidade, na área rural, onde algumas experiências foram implementadas. A primeira propriedade a receber turistas foi a Fazenda Pedra Branca, de propriedade do Sr. Julio Cezar Ramos, em 1984, então vereador desse município.

Atualmente são muitas as propriedades que aderiram ao programa de recepção turística, que acabou estimulando produtores de outros estados a realizarem experiências semelhantes. Em função desse papel de referência, Lajes foi considerada o modelo nacional de turismo rural pela Embratur.

O agroturismo como modalidade de turismo em espaço rural.

A experiência da região serrana central do estado do Espírito Santo

O Programa do Agroturismo, em fase de implementação na região serrana central do Espírito Santo, está sendo considerado a estratégia de interiorização e fomento ao “turismo alternativo” mais importante de toda história do setor no estado, tanto pelo fato de ter sido abarcado pelo governo, quanto por sua abrangência socioespacial, que envolve um setor do espaço capixaba que tem experimentado períodos difíceis com as constantes crises econômicas e políticas do estado, em razão da falta de recursos para investimentos e financiamentos em vários setores produtivos.

O interesse do governo estadual em implementar programas de fomento ao turismo nas áreas serranas do estado não é recente. O primeiro olhar foi dirigido, conforme visto anteriormente, para a região do entorno do Parque Nacional do Caparaó. No entanto, as áreas das imigrações italiana e pomerana também se mostraram atrativas, fato que motivou o governo a criar novo circuito de recreação nas localidades mais próximas à Grande Vitória.

Foi nessa perspectiva que em meados da década de 80 surgiu uma nova região turística, conhecida pelo nome de “Triângulo das Montanhas”, formado pelos

municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Teresa. Foram as belezas paisagísticas das serras que projetaram esses municípios para o cenário turístico capixaba, quando se começou a divulgar o contraste climático existente entre a faixa litorânea (de clima tropical megatérmico litorâneo úmido) e a área de ocorrência das serras (clima tropical mesotérmico de altitudes). A esse respeito, interessante registro deixado pela então Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio (1985:26), do governo Gerson Camata, merece ser destacado:

[...] o Espírito Santo está quebrando a velha tradição de que o “Estado só tem praias”, para oferecer a opção acariciante de seu clima de serra [...]. Ao lado destas virtudes climáticas tão próximas — o mar e a montanha estão separados por apenas 35 minutos de viagem — o triângulo montanhoso do Estado oferece, ainda, a beleza invulgar de suas orquídeas [...] das 2.350 espécies catalogadas e classificadas em todo o Brasil, mais de 700 delas ocorrem em Domingos Martins.

Com o exposto, verifica-se o acordar do governo estadual para o setor serrano do Espírito Santo, que nessa época já começava a despertar o interesse da clientela turística, em função do contraste de paisagens que apresentava. Outra menção a essa área, considerada interessante de ser resgatada, foi feita no documento *Informações Infra-Estruturais do Espírito Santo*, publicado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1998:63), durante o governo de Max Freitas Mauro:

Descoberto recentemente, o potencial turístico da região montanhosa caracteriza-se principalmente por seus atrativos naturais e histórico-culturais.

Conhecida como “Triângulo das Montanhas”, a região tem no clima um fator interessante, uma vez que assemelha-se ao europeu, e por estar próximo ao litoral, também possui características tropicais.

Interessante de se notar é que a publicação desse último documento se deu apenas a alguns meses da divulgação dos resultados preliminares das primeiras experiências de práticas turísticas nas propriedades da região serrana, que se iniciaria no estado no ano seguinte. Até então, essa modalidade não fazia parte dos planos do governo estadual, que em 1988 apostava no clima e na cultura dos descendentes dos colonos europeus como os grandes potenciais das serras capixabas. Dez anos depois, esses mesmos atrativos são apenas motivadores coadjuvantes das viagens para aquela área.

Segundo Setúbal (1997, *Anais do 1.º Encontro Nacional de Turismo Com Base Local* — DG-FFLCH/USP:166), o modelo de agroturismo capixaba “tem por finalidade associar a atividade agrícola à atividade turística”. Conforme afirmou essa autora, esse segmento do turismo em espaço rural iniciou-se no estado do Espírito Santo no final da década de 80, com o produtor Leandro Carnielli, o qual acreditava que alguns problemas do campo, como o êxodo rural, a perda do excedente da produção, a desmotivação dos produtores mais jovens, bem como uma série de outros incômodos, poderiam ser resolvidos, pelo menos em parte, pelo associativismo¹. Partindo dessa crença,

¹ O termo “associativismo” pode ser entendido tanto como união de

iniciou a atividade de visitação à propriedade “Fazenda Providência”, no município de Venda Nova do Imigrante (cem quilômetros da capital Vitória), motivando outros proprietários a tomar a mesma iniciativa.

Conforme relatos dessa mesma autora, o governo do estado do Espírito Santo, por intermédio das secretarias do Desenvolvimento Econômico — Sedes e da Agricultura — Seag, em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa — Sebrae-ES, decidiu investir firmemente no segmento do turismo em espaço rural, criando assim o “Programa do Agroturismo”, que inicialmente foi implementado nos municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta, Viana e Venda Nova do Imigrante, englobando posteriormente o circuito das “três Santas”: Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

Este segundo conjunto de municípios foi incluído no Programa com o reconhecimento de seu potencial para o turismo em espaço rural, durante os estudos que deram origem aos documentos oficiais dos planos de intervenção do governo, bem como da constituição do Agrotur — Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo, em 1993.

Formou-se assim, a Região Serrana Central do Espírito Santo, cujo projeto de “desenvolvimento” por meio de recreação constituiu o objeto de análise dessa pesquisa.

esforços dos produtores rurais para atingirem um objetivo comum, como no caso das cooperativas, quanto como sinônimo de multifuncionalização das propriedades. Ambos os significados foram encontrados no material bibliográfico específico, recolhido nos órgãos oficiais de fomento do setor turístico no estado.

Segundo Tessari (1994:14), em linhas gerais, a atividade agroturística tem como principais objetivos:

a) fomentar uma nova modalidade de turismo, que no caso do Espírito Santo não pretende competir com o tradicional modelo “sol e praia”, mas sim diversificar as práticas turísticas para as quais o estado possui vocação;

b) promover a melhoria da qualidade de vida da população rural, reduzindo os efeitos da exclusão social, fruto sobretudo do desemprego e do subemprego, mediante uma nova alternativa de ocupação estável e de complementação de renda;

c) reduzir o fluxo e os efeitos do êxodo rural;

d) valorizar o potencial agrícola e o potencial turístico do campo;

e) reforçar a filosofia do turismo ambiental, na tentativa de promover a conservação do meio rural e da cultura regional.

A idéia é gerar possibilidades para que as famílias de proprietários e trabalhadores das unidades rurais aprendam a utilizar a produção das fazendas, as paisagens serranas, a cultura local, a hospitalidade do povo interiorano e a diversificada culinária regional como atrativos turísticos dos núcleos de agricultores. Atualmente acredita-se que aproximadamente duas centenas de propriedades já estejam envolvidas com a prática do agroturismo, pois o último levantamento, de 1995, não foi atualizado pelos gestores do Programa.

O processo de implementação efetiva do Programa incrementou-se a partir da criação do Agrotur — Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo, criado em 5/3/93, como associação civil, sem fins lucrativos, que tinha como principal função congregar os produtores rurais dos municípios envolvi-

dos, bem como instituições e órgãos de interesse do/ no setor, para juntos buscarem as melhores formas de operacionalizar essa modalidade de turismo. Sua sede foi instalada no município de Venda Nova do Imigrante e atualmente não serve mais de referência para os novos produtores interessados em aderir ao programa, pois dirigiu sua atenção apenas para o município que o sedia. Dessa forma, desvirtuou-se de seus objetivos iniciais, permitindo que qualquer interessado possa passar a atuar no setor agroturístico, fato que resultou da descaracterização dos objetivos iniciais do Programa.

Diante dessa situação, em cada município o proprietariado tem procurado organizar associações locais para conduzir de forma particularizada os objetivos de seus integrantes. Bom exemplo desse movimento foi a criação em fevereiro de 1998, da Acetur — Associação Afonso Claudense de Turismo, cujo objetivo é justamente suprir a lacuna deixada pelo Agrotur.

Outra função que era atribuída ao Agrotur era pôr em prática o conjunto de proposições do programa, que até o momento conta com os esforços da Emater e sobretudo do Sebrae, que na realidade é quem vem operando uma série de intervenções para promover essa atividade, substituindo em parte as atribuições do Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo.

A formatação do produto agroturismo e alterações paisagísticas

A região serrana central do estado do Espírito Santo tem recebido crescentemente maiores atenções dos órgãos oficiais de turismo, conforme foi exposto. Tal prestígio deve-se ao reconhecimento de seu potencial, considerado grande e altamente atraente pelos gestores do Programa do Agroturismo.

Embora existam alguns documentos oficiais da década de 80 que fazem referências ao potencial da antiga região do “Triângulo das Montanhas”, o primeiro estudo mais aprofundado — em forma de inventário — sobre os atrativos desse setor do turismo capixaba foi feito no início da década de 90 para integrar a Proposta Piloto do Programa do Agroturismo (Sedes/Seag, 1992). Esse documento resgatou a história dos municípios da região, bem como procurou valorizar os mais diversificados aspectos paisagísticos que, de alguma forma, pudessem ser utilizados como motivadores do fluxo.

Vale destacar que a metodologia utilizada nessa oportunidade lançou mão de um elenco de categorias para agrupar os elementos da oferta, que na realidade não punham as propriedades em evidência, pois se procurou ressaltar os aspectos socioculturais e ambientais, independentemente de suas localizações e acessi-

bilidade. Dessa forma, uma cachoeira era analisada separadamente, sem, contudo, valorizar a propriedade onde estava situada.

As categorias para classificação dos atrativos utilizadas pela Sedes/Seag (1992) foram: “monumentos” (para remanentes arquitetônicos, bustos e outros), “instalações culturais” (casas da cultura, centros regionais de valorização cultural, etc.), “eventos” (festas e rodeios), “grutas”, “montanhas”, “quedas d’água”, “parques e reservas”, “fontes hidrominerais”, “centros científicos e técnicos” (instituições de pesquisa e museus ecológicos), “obras de arte e técnicas” (obras de reconhecido valor artístico e/ou construções dotadas de belezas arquitetônicas), “artesanato”, “flora”, “manifestações culturais”, “realizações técnicas e científicas” (usinas hidrelétricas e edificações de grande complexidade tecnológica), “atividades populares regionais” (corais, grupos de dança, etc.), “explorações agrícolas individuais” (a propriedade Fazenda e Haras Acapulco, da família do Sr. Timóteo) e “hidrografia” (para rios e lagos).

Como se viu, nesse período apenas uma propriedade foi considerada como um atrativo em sua integridade. Os demais elementos da oferta foram descritos separadamente, de modo que se incentivava a visitação aos atrativos e não exatamente às fazendas e sítios.

Metodologia semelhante foi utilizada em 1993, quando um extenso inventário foi feito também pela Sedes, incluindo-se, no caso desse documento, alguns municípios de outras regiões turísticas. O levantamento integrou a documentação do convênio firmado entre os governos do estado do Espírito Santo e o da Catalunha — Espanha — para cooperação na área de plane-

jamento integrado do turismo receptivo, conforme compromisso firmado em 1993 (Fachini, 1993:12-3).

Foi somente com a consolidação de alguns programas do Plano de Proposições, que se passou a vender uma imagem do produto “agroturismo” não mais fundamentado somente nas atrações locais, mas também nas propriedades rurais, que investiram numa imagem mais integrada de suas paisagens com a produção agrícola de cada localidade. Um passo importante, nesse sentido, foi a publicação em 1995 do *Mapa do Agroturismo* — elaborado pelo Sebrae — que elencou as principais propriedades, que na época já estavam recebendo visitantes, bem como alguns atrativos situados nas áreas urbanas e junto das principais vias de acesso. Alguns equipamentos da oferta, como pousadas, restaurantes, casas de chá, lojas de artesanato e outros, também foram citados nesse material, que antes de mais nada objetivou a veiculação de uma imagem atrativa dos municípios que formam o domínio do agroturismo.

O estudo das propriedades é de fundamental importância, pois é em seu interior que a visitação ocorre, registra seus benefícios e seus malefícios. Passa-se, então, a tecer alguns comentários sobre as fazendas e sítios da região, que na realidade são os verdadeiros espaços receptores.

Caracterização das propriedades do agroturismo

Muito se falou na Proposta Piloto em valorizar o trabalho e o ambiente do pequeno produtor. No entanto, verificou-se em campo que o tamanho das propriedades é muito variado, indo de pequenas unidades com cinco hectares, até as maiores, que podem ultrapassar os duzentos e cinquenta hectares. Com isso se vê que o Programa está contemplando propriedades de tamanhos diversificados, fato que não pode, em uma primeira análise, ser entendido como problema. Pelo contrário, trata-se de um movimento de expansão do setor, que tem atendido a interesses tanto dos pequenos quanto dos grandes proprietários, considerando-se a estrutura agrária do Espírito Santo.

Ainda em relação ao tamanho, vale ressaltar que algumas fazendas foram reunificadas por acordos de herdeiros, constituindo uma grande propriedade formada por várias pequenas. Nas propriedades maiores, os visitantes podem experimentar uma série de oportunidades de entretenimento, como passeios ecológicos, torneios em campos de futebol e/ou quadras poliesportivas, cavalgadas, visitas às plantações, entre muitas outras oportunidades, que nem sempre são oferecidas pelas unidades menores.

Nas últimas, geralmente destinadas a pequenos plantios de café e/ou de hortaliças, ou até mesmo a produ-

ções de subsistência, os visitantes costumam ser integrados às atividades rotineiras da propriedade, com especial atenção para as crianças, que “descobrem” a origem do leite que bebem, das frutas que comem, além de muitas outras experiências atípicas da vida urbana. Por outro lado, algumas dessas pequenas propriedades acabam reduzindo a atividade agroturística a apenas venda de produtos, ante a falta de estrutura que possibilite uma prática mais diversificada.

Os locais de visitaçao dentro das propriedades, de modo geral, localizam-se junto da sede e seu entorno, de forma que os grupos não chegam a ter acesso livre a toda a propriedade — exceto nas menores — pois é junto das casas dos proprietários que ficam equipamentos como: estacionamentos, sanitários, telefones, postos de vendas dos produtos, lagos para pesca recreativa, alojamentos, entre outros, ou seja, é junto das sedes que se procura estimular os gastos dos visitantes, com exceção das fazendas e sítios que aproveitam os atrativos naturais para captar visitas, pois em alguns casos os mirantes, as quedas d'água, as trilhas e muitos outros atrativos situam-se em pontos da propriedade mais distantes da sede.

Cada propriedade possui um elenco de produtos que são oferecidos aos visitantes a preços bem mais acessíveis do que os de mercado, pelo fato de serem adquiridos diretamente do produtor, que no caso dessa comercialização não tem gastos com transporte, estoque e taxas de venda. De modo geral, os produtos não costumam variar muito de uma unidade para outra. São: massas, biscoitos, doces, bebidas, queijos, defumados, embutidos, frutas, leite, peixes e outros. Não se registrou nenhum tipo de mercadoria que fugisse ao elenco tradicional do ambiente, o que indica um bené-

fico cuidado com a oferta de mercadorias realmente típicas do meio rural.

Por outro lado, algumas propriedades estão comercializando não só o que produzem, mas os produtos vindos também de fazendas próximas. Segundo o depoimento de alguns produtores, essa prática possibilita oferta mais variada de produtos para seus clientes, fazendo com que eles não sintam necessidade de buscá-los em seus vizinhos. Como resultado, os lucros são maiores para quem revende.

Dessa forma, viu-se que não existe, da parte dos produtores adeptos dessa prática, interesse em construir uma identidade de suas propriedades, mas sim uma estrutura de negócios que os próprios turistas criticam, chamando-a de *agrocomércio*, como ato de subversão ao agroturismo. Mesmo assim, ao que parece, as vendas de produtos regionais têm-se mostrado promissoras, pois os proprietários não registraram queixas sobre o potencial de comercialização desses produtos.

Um dos resultados mais criticáveis dessa tendência é a conseqüente desvinculação dos produtores com o cultivo da terra, provocando a substituição das atividades agrárias pela comercial o que indica um claro exemplo de refuncionalização, em vez de multifuncionalização da propriedade. Tal fato, conforme prevê o Plano de Proposições, não deveria ocorrer, pois a atividade recreativa não poderia tornar-se a única fonte de renda da propriedade.

É evidente que algumas alterações no dia-a-dia do campo são inevitáveis, pois a visita inquestionavelmente provoca certa reestruturação na dinâmica funcional das fazendas, que a partir do momento em que começam a ser visitadas passam a contar com

importante agente alterador da rotina local — a clientela.

No mais, as outras alterações observadas no dia-a-dia das localidades têm sido exatamente as previstas pelos proprietários e pelos gestores do Programa, que desde a elaboração da Proposta Piloto já imaginavam certa recondução de alguns hábitos para assegurar maior comodidade para os visitantes. Evidentemente as propriedades de maior fluxo foram as que apresentaram maiores alterações significativas. Dessas alterações, vale destacar a mudança de funções no cotidiano dos familiares dos produtores, que passaram a cuidar pessoalmente da atividade receptiva.

Têm ocorrido também, alguns ajustes de horários para determinadas atividades da propriedade. Um bom exemplo diz respeito à ordenha, que é claramente prejudicada pela movimentação dos turistas, pois os animais ficam apreensivos, o que resulta em menor produtividade. Dessa forma, algumas vacas são ordenhadas durante os passeios para que os visitantes possam acompanhar o processo, e a maior parte do serviço é realizado em períodos específicos, quando o vaivém das pessoas não chega a incomodar os animais.

No entanto, algumas alterações são muito prejudiciais, fruto em geral de alguns equívocos gerenciais, pois muitos produtores passaram a receber visitas sem antes inteirar-se das reais intenções do Programa do Agroturismo. Determinados proprietários aproveitaram a nova “tendência do mercado” para agregar rendimentos às suas propriedades, sobretudo a partir dos últimos três anos, quando os primeiros benefícios financeiros do setor começaram a ser alardeados.

Muitos dos agricultores aderiram, na realidade, ao “modismo agroturístico”, e não ao Programa do Agro-

turismo, pois a atividade vem sendo praticada aleatoriamente por qualquer produtor interessado em aumentar lucros.

Torna-se necessário fazer um recadastramento urgente dos agricultores em toda a região, para possibilitar um trabalho mais profundo dos órgãos ligados ao governo, como por exemplo os responsáveis pela saúde pública, pois se desconhece a qualidade dos produtos comercializados. Os órgãos de arrecadação também ignoram o volume de impostos que tais vendas poderiam render para os cofres públicos. Um exemplo de ação positiva nesse sentido foi a assinatura do Decreto Municipal n.º 412/94, de 8/9/94, que criou o “Selo de Inspeção Municipal” para os produtos comercializados no município de Venda Nova do Imigrante, de modo que os agricultores associados ao Programa do Agroturismo passaram a adequar suas atividades de produção às exigências da Secretaria Municipal de Saúde, encarregada de fiscalizá-los.

Os períodos de adesão ao agroturismo variaram bastante. A média (quatro anos) mostra o caráter ainda inicial do Programa do Agroturismo, que precisa passar por ajustes operacionais para se tornar mais produtivo. As evidências dessa afirmativa podem ser verificadas nas discussões que seguem. No entanto, cabe ressaltar a grande aceitação do produto agroturístico pela demanda, que cresce rapidamente a cada dia.

A estruturação da oferta e as alterações na paisagem

Outro aspecto que também merece preocupações refere-se às interferências paisagísticas já ocorridas e ainda pretendidas pelos proprietários rurais. Tais interferências, se por um lado embelezam a propriedade e otimizam as atividades, por outro podem resultar em graves alterações paisagísticas e funcionais, que, caso não sejam bem dimensionadas, descaracterizam o ambiente original, carregando-o de forte conteúdo artificial, distanciando do “hábitat rural” desejado pelos turistas.

Inicialmente, é importante ressaltar que qualquer ambiente turístico realmente necessita de boa apresentação paisagística, além da fundamental estruturação física e operacional, para que os visitantes tenham o mínimo de comodidade e segurança. No entanto, as oportunidades de recreação criadas pelas propriedades não deveriam fugir do objetivo principal do Programa, que é a valorização, por meio do turismo, da vida e dos costumes rurais.

Outra preocupação válida do Sebrae e de seus parceiros, que infelizmente não vem sendo respeitada pela maioria dos proprietários, é a valorização da arquitetura local, resultante da adaptação de colonos europeus — sobretudo italianos e pomeranos — às condições de cada localidade. A harmonia paisagística é, sem dúvida, importante indicativo de qualidade ambiental — e por

consequente da qualidade de vida — que precisa ser mantida, para que rupturas visuais bruscas não ocorram na paisagem rural, que certamente é, por si só, um dos grandes atrativos turísticos da região serrana.

Um exemplo positivo, nesse sentido, é a restauração de uma antiga casa de colonos italianos em Venda Nova do Imigrante, onde a prefeitura pretende instalar o Museu da Colonização Italiana no Espírito Santo. Tal iniciativa inspirou-se no sucesso do Museu do Colono, em Santa Leopoldina, onde as características da arquitetura alemã e da decoração interna do casario foram conservadas, e é hoje um dos principais atrativos do município.

Por outro lado, é fato que essa arquitetura herdada não é nada funcional, tanto pela disposição dos cômodos, quanto pelo material utilizado, motivo pelo qual muitos proprietários preferiram optar por edificações mais “modernas”. Assim, os chalés estão tornando-se o padrão de construção preferido para pousadas, pelo fato de estarem relativamente de acordo com as demais formas arquitetônicas locais, além de serem considerados de construção econômica em virtude da crescente oferta de pré-moldados na região.

A proposta inicial, que era de se alojar poucos turistas em no máximo dez unidades habitacionais (Sedes/Seag, 1992:94), já não atende mais aos interesses dos produtores. Tal fato se deve ao sucesso do setor, que tem empolgado seus adeptos, que já estão pensando em formas de expandir as possibilidades de lucro em face do aumento crescente do fluxo, embora não fizesse parte dos planos da Proposta Piloto promover o agroturismo como atividade massificada.

Torna-se necessário, portanto, redimensionar a Proposta para adequá-la aos rumos tomados pelo setor,

pois a proliferação de chalés certamente trará algum tipo de modificação nos aspectos visuais da paisagem, havendo a necessidade de cuidado todo especial para que ela não se descaracterize.

Ainda em relação à paisagem, verifica-se mais e mais um movimento notável de expansão quantitativa dos lagos artificiais destinados à piscicultura e à pesca recreativa — os “pesque-pagues” — que também se têm mostrado ótimas oportunidades de agregação de renda para os produtores, que, além de venderem o resultado das criações, disponibilizam iscas e varas para os visitantes, que as alugam e ainda pagam pelo resultado das pescarias. É expressivo o conjunto de piscicultores do Espírito Santo. São mais de 5.000 criadores, dos quais 95% são produtores rurais, conforme informações da Emater/ES — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Até certo ponto, o crescimento dessa atividade está ligada ao agroturismo. A idéia de passar uma tarde tranqüila de pescaria, em lugar paradisíaco e longe da turbulência urbana, tem atraído cada vez maior número de turistas para as fazendas que oferecem esse equipamento (também para as situadas em municípios que não fazem parte do Programa em análise).

Algumas propriedades começaram a receber visitas após o sucesso de seus tanques de criação, de modo que a atividade de recreação se alavancou na possibilidade de se passar algumas horas em divertida brincadeira à beira dos lagos. Acrescenta-se a tudo isso o fato de a pescaria com técnicas tradicionais ser vendida pelo *marketing* do agroturismo tanto como esporte terapêutico, quanto como uma das atividades típicas do meio rural, sendo, portanto, um dos grandes atrativos da região.

É bem verdade que a maioria dos rios do Espírito Santo já está muito alterada pelo assoreamento, pela

poluição, pelos aterros, entre outros impactos graves, motivo pelo qual a quantidade e a variedade dos cardumes encontram-se bastante reduzidas. Nesse sentido, os lagos de piscicultura são transformados pela mídia em oportunidade de retorno a um ambiente rico em vida aquática já “perdida” nos cursos ditos naturais. Passa-se a idéia de que a natureza criada pela tecnologia é mais atrativa que a original, pois como os lagos estão sempre saturados, a pescaria é farta, o que certamente não aconteceria com a mesma intensidade em qualquer um dos rios da região.

Faltam estudos sérios sobre o impacto ambiental provocado pela construção desses lagos. Algumas das alterações mais importantes que se pode facilmente verificar na paisagem serrana são: o desvio de cursos de rios, alterações na dinâmica de equilíbrio das encostas planificadas, introdução de espécies de outros ambientes, sem estudos prévios de adaptação⁷, entre outras. Tais possibilidades de impactos já chegaram a provocar a interdição de propriedades.

¹ Destas, merece destaque a popular tilápia (*Tilapia redali*), trazida de diversas áreas do continente africano e introduzida no Nordeste na década de 60 pelo Dnocs — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para o combate biológico da esquistossomose. Como se trata de um peixe de fácil reprodução e considerado muito saboroso, a tilápia alavancou boa parte dos projetos de piscicultura no Brasil. Conforme dados fornecidos pelo citado técnico da Emater, foi também com esta espécie que se iniciou a piscicultura no Espírito Santo, em meados da década de 70, quando outras espécies exóticas e nativas também passaram a ser criadas em tanques de engorda. Só para se ter idéia pontual da importância atual desta atividade, basta citar o fato de que no ano de 1997, a estação da Emater situada em Cariacica, na Grande Vitória, forneceu aproximadamente dois milhões de alevinos (peixes jovens), que resultou em uma produção estimada de 900 toneladas.

Apoio financeiro para melhorias na oferta

Uma das maiores inquietações do proprietariado da região diz respeito às dificuldades de financiamento de seus empreendimentos. Inquestionavelmente, essa é a questão que mais gera polêmica, pois as constantes reclamações do proprietariado mostraram seu repúdio em relação às agências de fomento e apoio logístico, das quais se deve destacar o Bandes — Banco do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo S.A.

O Bandes foi criado em 1969, durante o governo de Cristiano Dias Lopes Filho, para atender aos interesses de desenvolvimento do estado, pois nessa época o Espírito Santo passava por grave período de crise econômica. A desvalorização da cultura cafeeira havia deixado a economia capixaba profundamente abalada, por ser ela base fundamental das exportações estaduais no período.

Foi com a ampliação das atividades do Bandes, para além das questões da cafeicultura, que uma série de novos setores produtivos passaram a ser operados, entre os quais merecem destaque: a expansão industrial, e conseqüentemente portuária, a diversificação agrícola do estado, e, entre muitas outras, o turismo. Este banco também participou de programas de desenvolvimento da região em estudo, atuando como importante agência de financiamento para projetos de

estruturação urbana, rodoviária, de controle ambiental, só para citar alguns exemplos.

Em relação ao agroturismo, a atuação do Bandes ampliou-se a partir da virada de 1992, quando passou a integrar o elenco de instituições que passariam a dar apoio aos pequenos produtores da região serrana central. No entanto, o proprietariado não se tem mostrado satisfeito com a atuação deste banco, pois as queixas com a burocracia costumam ser unânimes. Não hesitaram em reclamar das taxas de juros e condições de pagamento, que julgam inadequadas e incompatíveis com a realidade do campo espírito-santense.

Com relação aos financiamentos dos projetos, um atendente do Bandes afirmou que existia uma linha de fomento a empreendimentos na área de “turismo rural”, que por falta de demanda foi desativado em maio de 1998, de modo que os recursos destinados pelo Grupo Executivo de Reestruturação Econômica do Espírito Santo — Geres, através do Funres — Fundo de Reestruturação Econômica do Espírito Santo¹, foram remanejados e incorporados por outros setores produtivos mais prioritários.

Verificou-se aí uma grande contradição entre as afirmações da representação do banco e os discursos de alguns proprietários, que garantiram ter procurado essa instituição, mas que desistiram do pedido de financiamento após conhecer as exigências para a concessão do apoio solicitado.

Ao ser informado dessa queixa, o atendente do

¹ O Geres é o órgão executivo que gerencia os recursos do Funres. Tais recursos provêm da destinação feita pelo setor empresarial de até 33% do Imposto de Renda e/ou 5% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

banco, em entrevista concedida ao autor, reconheceu que realmente foi procurado por alguns proprietários, mas que a imensa maioria deles não se enquadrava nas exigências da instituição, que fundamentalmente foram as seguintes:

a) As linhas de financiamento só eram concedidas a pessoas físicas e jurídicas que desejassem implementar melhorias infra-estruturais em suas propriedades, desde que ela fosse produtiva, com atividades típicas do meio agrário, e com rendimentos brutos anuais igual ou inferior a R\$50.000,00. Os empréstimos só poderiam ser utilizados para a melhoria de algumas instalações, bem como pequenas construções que atendessem aos interesses de recreação dos visitantes.

Não se admitia a artificialização do ambiente como, por exemplo, a construção de pousadas, hotéis, tanques de pesca recreativa, ou qualquer edificação que descaracterizasse as atividades tradicionais do dia-a-dia no campo. Era possível adquirir financiamentos também para essas atividades, porém em outras linhas de apoio do Bandes, voltadas mais especificamente para as chamadas “atividades empresariais”, cujos critérios eram mais exigentes.

Para que o pedido fosse aprovado, a propriedade deveria comprovar seu potencial turístico, entendido como a capacidade de absorver os visitantes nos afazeres tradicionais da produção rural, pois a “atividade”, para o Bandes, residia na produtividade da terra, em que a vida urbana se desfaria em favor de momentos de lazer vinculados sobretudo à agricultura, à pecuária, bem como outras criações (abelhas, aves, coelhos, escargôs e outros). Uma vez feito o pedido, o proprietário era visitado pelos técnicos da agência financiadora, que levava a julgamento as

impressões dos consultores sobre a viabilidade do projeto.

b) O proprietário poderia solicitar um financiamento de no máximo R\$25.000,00, sendo que o banco custeava 85% do valor, e o proprietário entrava com uma contrapartida de 15%. Os juros cobrados sobre esse valor eram de 4% ao ano, acrescido de TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo, estimada atualmente em aproximadamente 10,63% ao ano. Segundo o atendente, os altos juros cobrados devem-se ao atual momento de instabilidade na economia internacional, além do alto risco nas operações financeiras dos bancos de porte menor.

c) Os proprietários deveriam, ao fazer os pedidos, dar garantias reais de no mínimo uma vez e meia o valor solicitado, que poderia ser a propriedade, desde que essa estivesse devidamente registrada em nome do solicitante. Deveria ainda apresentar garantias pessoais, ou seja, dois avalistas com renda igual ou superior a uma vez e meia o valor das prestações. Dos avalistas, exigia-se a comprovação de posse (imóveis com escritura), que não fossem as residências deles e deveriam ser de valor igual ou superior a uma vez e meia o valor do financiamento total.

Tais exigências deixaram os proprietários desiludidos, e muitos nem sequer se interessaram em dar continuidade aos seus processos, ante os riscos e as dificuldades impostas por essas operações. As reclamações também se devem ao fato de eles não terem muitas opções de agências e bancos financiadores. Entretanto, sem dúvida, a burocracia tem sido o ponto mais criticado, pois se constitui não só em um entrave inicial, mas também em um processo demorado a ponto de desatualizar os custos previstos pelos proprietários.

Auscultando a satisfação dos proprietários

Dando continuidade aos estudos das relações oferta x demanda, que corresponde à grande energia motorizadora dos processos de produção/consumo dos lugares turísticos, passa-se agora a discutir mais um ponto fundamental dessa temática, que diz respeito à satisfação do proprietariado. Tal discussão é de fundamental importância para a reprodução do agroturismo como atividade produtiva, motivo pelo qual se questionou esse assunto com os receptores.

O primeiro ponto refere-se ao motivo da introdução da prática agroturística em suas propriedades. Dos vinte e dois produtores entrevistados para a elaboração desse trabalho, quatorze afirmaram que aderiram ao Programa por acreditarem que o agroturismo poderia trazer alguns benefícios para as propriedades, com novas possibilidades de geração de renda, em uma estrutura produtiva considerada economicamente mais estável que a agricultura. Esses proprietários apostaram no sucesso do empreendimento, tomando como referência o exemplo de algumas propriedades pioneiras. Acreditam eles que o agroturismo seja “a nova tendência do mercado local”.

A expansão do setor está dando-se também pelo próprio interesse da clientela, o que significa dizer que o agroturismo já atingiu o estágio da auto-reprodução, característica típica das modalidades globalizadas de

turismo. Cada um dos seis proprietários que deram essa resposta, identificaram um ou mais motivos para que a demanda surgisse para sua fazenda antes de se pensar em estruturação adequada da oferta.

É evidente que o interesse por continuar a receber visitas se deve ao fato de se ter observado o potencial de agregação de renda apresentado pelo agroturismo, mesmo que a origem dessa atividade em algumas propriedades não se tenha vinculado obrigatoriamente a essa possibilidade.

De modo geral, as famílias proprietárias resolveram aderir ao programa acreditando em seu potencial de expansão. De modo geral, os entrevistados mostraram-se bastante satisfeitos com os resultados iniciais da prática turística em suas propriedades, mesmo nas sete que apresentaram queixas em relação ao comportamento dos turistas. Ficou clara a satisfação dos proprietários, que não titubearam em exaltar as vantagens do Programa. Todas as falas foram favoráveis à sua manutenção, o que significa dizer que, passados mais de dez anos, o Programa só tende a crescer, pois está agradando tanto aos visitantes (considerando-se o aumento da demanda), quanto aos seus receptores.

As principais queixas referiram-se à destinação do lixo, ao furto de plantas, algazarra e ao descuido com o patrimônio das propriedades — algumas perderam peças centenárias de decoração, trazidas pelos colonos europeus.

Cabe aqui propor um programa de conscientização dos turistas, para que esses não transformem seus momentos de lazer em transtornos para o ambiente receptor, pois durante a sua permanência nas propriedades, como em qualquer outro lugar turístico, eles são tão

responsáveis pela conservação do equilíbrio socioambiental quanto os residentes.

Esse trabalho educativo pode ser feito mediante exposições orais feitas pelos guias de turismo, por material impresso em forma de folhetos e ainda por pequenas mensagens projetadas por recursos audiovisuais na chegada às propriedades. Também é interessante instalar lixeiras e placas educativas em pontos estratégicos para facilitar o trabalho de orientação turístico-ambiental.

Ainda auscultando a satisfação dos proprietários, deu-se a oportunidade de eles darem opiniões e sugestões para a melhoria do desempenho do Programa do Agroturismo. Na realidade, os depoimentos colhidos vieram em forma de lamento, pois muitos produtores, apesar dos progressos alcançados pelo Programa do Agroturismo, ainda se sentem desamparados pelos órgãos do governo, que segundo eles têm o papel de manter algumas possibilidades de suporte, sobretudo financeiro, para que as atividades emergentes possam ser operacionalizadas.

A análise do discurso do proprietariado mostra o quanto a população receptora ainda espera do estado o socorro para as atividades mais simples, sentindo-se incapaz de promovê-las de forma competente, valendo-se dos recursos e possibilidades de cada coletividade.

As queixas em relação à insuficiência das campanhas de *marketing* partiram também dos proprietários que recebem elevada clientela, indicando desejo coletivo consciente de massificação dessa atividade, fato que certamente a conduzirá, em tempo próximo, à perda de sua identidade de "turismo alternativo". Cabe, portanto, muita prudência para que o aumento do fluxo, por meio de incentivos promocionais, não resulte

na degradação socioambiental, considerando que o crescimento quantitativo do fluxo, desacompanhado de um séria estruturação socioespacial, resulta, obviamente, na deterioração do ambiente receptor.

Ao governo — e seus parceiros, como o Sebrae-ES e o Bandes — cabe, portanto, repensar as atuais formas de gerenciamento do setor agroturístico, levando em consideração as reivindicações das localidades receptoras no que se refere às dificuldades burocráticas de financiamento, sem contudo deixar-se levar por desejos de lucros exacerbados, pois, como será visto posteriormente, o agroturismo tem proporcionado elevadas somas extras para alguns proprietários, sem contudo resultar em arrecadação, ou seja, a massificação do setor pode não só provocar a perda qualitativa e também quantitativa dos recursos de atração — pelo excesso de uso — como agravar a sonegação.

Para se evitar esses e muitos outros problemas, torna-se cada vez mais necessário elaborar estudos voltados para a análise profunda e crítica desse fenômeno chamado “agroturismo,” em todos os seus aspectos, para que os gestores do setor criem a possibilidade de verdadeiro desenvolvimento socioespacial, pois, como será visto nos itens que seguem, o que está ocorrendo até o presente momento é nada mais que o crescimento do turismo como atividade econômica.

Agroturismo e desenvolvimento socioespacial.
A questão da qualidade de vida e de estada

Redução do êxodo rural

Neste setor da chamada região serrana central do estado do Espírito Santo, é muito comum o proprietário manter algumas famílias de trabalhadores nas dependências da propriedade. O número de famílias foi questionado, para se saber se o agroturismo tem conseguido evitar o êxodo rural, que foi apontado pela Proposta Piloto como um problema social a ser amenizado pelo Programa do Agroturismo, constituindo-se até mesmo em um de seus principais objetivos (Sedes/Seag, 1992:2).

São raras as pesquisas voltadas para a compreensão do êxodo rural no estado. Um dos principais estudos sobre o assunto foi o relatório *Migrações Internas no Espírito Santo*, realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento no ano de 1979, no qual se apresentou um extenso balanço desse fenômeno ao longo da história estadual.

Mais recentemente, Siqueira (1991), procurou resgatar historicamente o processo de urbanização do estado, mostrando novos detalhes desse movimento migratório, bem como de suas conseqüências sobretudo para a Grande Vitória, que, segundo suas conclu-

sões, foi o principal ambiente de destino da população rural que, após a implosão da economia cafeeira a partir da década de 60, vislumbrou nos avanços do setor industrial da capital e arredores, novas oportunidades de bem-estar, que já não eram mais encontradas no campo decadente.

O quadro que segue mostra a evolução da população urbana capixaba, com a conseqüente redução da população rural:

Evolução da população rural e urbana do estado do Espírito Santo — 1940-1991

Ano	População total	População urbana	%	População rural	%
1940	790.149	158.025	20,0	632.124	80,0
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.384	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.333	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.033.340	1.324.701	65,4	738.978	36,5
1991	2.598.505	1.922.828	73,9	675.677	26,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Espírito Santo — 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.*

Segundo Sampaio (1997:15), a população espírito-santense em 1996 era estimada em 2.802.707, e cerca de 1.120.808 (39,9%) acha-se fixada na Grande Vitória. Vê-se, então, que houve considerável avanço na população urbana capixaba, ao passo que o campo sofreu forte esvaziamento. Conforme mencionado anteriormente, tal movimento populacional, que inquestionavelmente trouxe uma série de problemas infra-estruturais para os centros urbanos do Espírito Santo, foi um dos motivadores do Programa do Agroturismo, com base no qual se pretende, entre outros

objetivos, fixar os produtores, seus familiares e seus empregados na zona rural, evitando assim novas agônias sociais tanto para as cidades, quanto para as áreas agrícolas.

Em campo, pôde observar-se que a maior parte das propriedades possui até três famílias: a do proprietário e de seus filhos. Nenhum dos vinte e dois proprietários entrevistados declaram redução do número de trabalhadores residentes entre os períodos que antecederam e que sucederam à adesão ao Programa do Agroturismo.

Esses depoimentos conduziram à conclusão de que o fenômeno do êxodo rural, tido como grave problema social, não vem ocorrendo com a intensidade de tempos passados. Um dos motivos, que aqui é citado apenas como exemplo, foi a substituição parcial da cafeicultura por produções mais estáveis a partir do crescimento urbano da Região Metropolitana de Vitória — década de 60. Configurou-se assim, o chamado “cinturão verde”, responsável pela produção hortigranjeira do estado, que abastece o mercado estadual, bem como possibilita algumas exportações para outras unidades da federação. Dessa forma, novas oportunidades mais rentáveis surgiram e possibilitaram novas esperanças para a população rural local.

Dessa maneira, não se pode atribuir ao agroturismo o mérito pela redução do êxodo rural, pois os agricultores entrevistados desconhecem tal migração entre as famílias que vivem em suas propriedades. No entanto, não se pode negar que, com o crescimento dessa modalidade de turismo em espaço rural, novas oportunidades de ocupação poderão ser oferecidas, de modo a reforçar o interesse em permanecer nas zonas rurais.

O agroturismo.

Geração de emprego e ocupação no campo

A possibilidade de gerar empregos sempre foi um elemento motivador dos programas de fomento à atividade turística em todo o mundo. Trata-se de um ponto fundamental para o incremento dos discursos do empresariado do setor, bem como dos órgãos da administração pública, que se valem de cifras, muitas delas produzidas para impressionar o grande público, justificando assim boa parte dos gastos com o setor, bem como para “desculpar” os abusos cometidos por alguns empresários, que, em nome desse “benefício social”, provocam graves impactos ambientais, como custo a ser pago pelas maravilhosas promessas de ocupação produtiva para as coletividades envolvidas.

Conforme asseguraram os produtores entrevistados, as propriedades não perderam trabalhadores no período de adesão ao Programa. Por outro lado, não se pode afirmar que tenha ocorrido considerável geração de empregos, pois apenas cinco dos vinte e dois proprietários declararam ter contratado trabalhadores após a adesão.

A justificativa para a baixa contratação deve-se, em boa parte, à recepção personalizada, em que a família proprietária recebe e atende pessoalmente a clientela. Tal fato conduz à conclusão de que a geração de empregos foi realmente comprometida pelo caráter familiar que a atividade tem assumido. Evidentemente o próprio Plano Piloto previa a agregação de renda para os proprietários, mas o que se verifica, no entanto, é certa dificuldade momentânea de o Programa do Agroturismo gerar postos de traba-

lho para terceiros, que também faz parte de suas intenções.

Vale, porém, considerar o crescimento vertiginoso do setor, que mais cedo ou mais tarde vai acabar forçando novas contratações, pois essa modalidade turística — que se iniciou como um modelo de turismo alternativo — se tem configurado, cada dia mais, como uma atividade em vias de massificação, pois o fluxo, segundo os proprietários entrevistados, cresce diariamente, mesmo nas propriedades que não investem maciçamente em *marketing*.

Quanto às remunerações e possíveis aumentos salariais, cabe reforçar as considerações sobre o trabalho familiar, ou seja, a remuneração dos empregados não chegou a sofrer grandes alterações pelo fato de os turistas lidarem exclusivamente com o proprietário e seus familiares, de modo que os demais trabalhadores foram ocupados em postos diferentes dentro da propriedade, como na lavoura, na limpeza e conservação, nos currais e, em alguns poucos casos, na fabricação de produtos caseiros.

Ainda se deve levar em consideração um fato importante: nesse setor do espaço capixaba, ainda hoje é muito comum o “contrato de parceria”, também chamado de “trabalho meeiro”, em que o dono da terra cede uma parcela da fazenda para os colonos cultivarem produtos diversificados. O resultado da produção é dividido, sem, no entanto, haver nenhum vínculo empregatício, motivo pelo qual os colonos não recebem salários. Por outro lado, existe a possibilidade potencial de as esposas e filhos dos colonos virem a ser contratados, mesmo que temporariamente, para auxiliar os produtores, em caso de aumento considerável da demanda.

A geração de renda e de impostos

Conforme argumentado anteriormente, o processo do desenvolvimento pressupõe, entre outros fatores, a (re)produção, como um de seus pilares mais importantes. Com as atividades de campo, procurou-se saber também se o agroturismo, no momento atual, já está conseguindo atingir esse objetivo.

A análise dos depoimentos dados pelos proprietários possibilitou verificar que, embora ainda em fase de implementação, o agroturismo tem-se mostrado como uma das atividades de maior potencial de geração de renda para a região, com média de crescimento da renda em torno de 30%.

Como se vê, o agroturismo está mostrando-se como uma atividade, que em pouco tempo conseguiu aumentar consideravelmente os rendimentos das propriedades onde é praticado, além de se manter com um forte potencial de expansão. E é justamente essa possibilidade de crescimento que tem incentivado os proprietários a prosseguir com suas empreitadas, além de estimular a adesão de novos produtores.

Como cada fazenda, cada pousada rural, cada sítio, enfim, apresenta características próprias, a tendência deve ser a de se oferecer um produto agroturístico bastante diversificado, o que, por um lado, pode representar a descaracterização da oferta inicialmente planejada, mas que, por outro, pode possibilitar uma viagem rica em experiências variadas. Talvez, despertando o interesse das operadoras, que sempre preferem elaborar roteiros em que o diferente, o exótico, o incomum, constituam o principal argumento de negociação dos pacotes.

Na imensa maioria, os produtores declararam que não passaram por nenhum treinamento em recepção turística. No entanto, o Sebrae e a Emater oferecem regularmente alguns cursos para capacitar os proprietários na fabricação de produtos caseiros como compotas, doces, biscoitos, massas, licores, vinhos, queijos, embutidos, artesanato, geléias e outros. Do corpo de vinte e duas famílias entrevistadas, cinco tiveram pelo menos um representante qualificado nesses treinamentos.

Torna-se necessário que os proprietários se interessem mais em participar — ou enviar pessoas para participar — de treinamentos destinados à qualificação turística para que a qualidade dos serviços seja mais elaborada, com a finalidade de possibilitar experiência o mais produtiva, segura e agradável possível, para seus clientes.

Resgatando discussões feitas anteriormente, para avaliar um outro aspecto relevante acerca da promoção do desenvolvimento por meio do turismo, vale lembrar que esse processo só ocorre quando, paralelo ao crescimento econômico, dá-se também a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras. Mas toda melhoria social demanda algum investimento — quer nas instâncias federal, estadual ou municipal — que depende sobretudo dos impostos recolhidos. Assim procurou-se saber se com o advento do agroturismo ocorreu algum aumento no montante de impostos pagos pelo proprietariado rural aos governos locais.

Apenas quatro das vinte e duas propriedades visitadas recolhem o ICMS — Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Todas as outras unidades inquiridas não aumentaram absolutamente nada seus gastos com impostos,

fato que leva a concluir que os investimentos municipais e estaduais em saúde pública, saneamento, educação, transporte, e outros fatores importantes que interferem na qualidade de vida local, provavelmente não sofreram melhorias significativas com o Programa do Agroturismo. Dessa forma, as receitas governamentais tiveram outras fontes, pois o agroturismo, pelo menos até o presente momento, não tem contribuído — em impostos recolhidos — com praticamente nada para o desenvolvimento socioespacial da região.

Considerando-se apenas as dez propriedades que declararam seus fluxos mensais e os gastos individuais dos visitantes, verificou-se que a arrecadação deveria ser de aproximadamente R\$18.910,00 por mês quando menos de R\$500,00 são recolhidos.

Torna-se urgente a necessidade de criação de uma legislação tributária específica para esse setor, para que a multifuncionalização das propriedades rurais resulte também em benefícios para as populações dos municípios envolvidos e também de todo o estado. É evidente que se está propondo uma tributação justa, baseada nos rendimentos aumentados em cada propriedade, de modo que as que ganhem mais paguem mais. O volume do fluxo e os gastos dos visitantes, no caso, são importantes variáveis que precisam ser consideradas na elaboração da fórmula de cálculo do tributo, para que injustiças não sejam cometidas.

Enquanto algumas propriedades apresentaram fluxo ainda embrionário, recebendo cerca de quinze turistas, outras sofrem com a saturação, apresentando surpreendente volume de três mil visitantes por mês.

Como se pode verificar, o fluxo turístico é bastante expressivo, chegando a movimentar elevadas quantias financeiras, que, conforme foi dito anteriormente, não

resultam em impostos e em renda para a maioria dos empregados e colonos, pois a atividade é gerenciada unicamente pela família dos proprietários.

Nesse sentido, o Programa do Agroturismo tem conseguido atingir um de seus principais objetivos: a agregação de renda para os produtores rurais, o que não significa dizer que está ocorrendo o desenvolvimento, pois o crescimento das reservas financeiras reflete-se na elevação da renda *per capita*, que, em si, não indica melhorias importantes nas condições gerais do bem-viver.

Nesse caso, o que se tem verificado é uma concentração excludente da riqueza, em que apenas uma pequena parcela da população tem acesso aos benefícios do crescimento do setor turístico local. Tal reflexão conduz à seguinte questão: se todas as propriedades adequadas ao Programa do Agroturismo fossem recenseadas e pagassem adequadamente seus impostos, qual seria o montante recolhido pelos municípios envolvidos no Programa? Quantas escolas, hospitais, creches e outros equipamentos de uso social poderiam ser construídos, ampliados ou reformados?

São apenas algumas interrogações que indicam o quanto ainda precisa ser feito para que o agroturismo realmente promova o tão desejado desenvolvimento socioespacial.

Bibliografia

- Agrotur — Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo. *Estatuto do Agrotur*. Venda Nova do Imigrante: Agrotur, s.d.
- Almeida, Joaquim A., Froehlich, José Marcos & Riedl, Mário. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998.
- Andrade, José V. de. *Turismo. Fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1992.
- Araújo Filho, Arnaldo S. de, et al. *Estudo da demanda turística internacional*. Brasília: Embratur, 1995.
- Bacal, Sarah & Miranda, Sonia Marli de A. Impactos do turismo nos núcleos receptores. Necessidade de normatização. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 67-78.
- Barretto, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995 (coleção Turismo).
- Becker, Bertha K. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.
- Benevides, Ireleno P. *Desequilíbrios regionais. Análise, visão prospectiva e sugestões para minimizar as disparidades*. Fortaleza: Iplance, 1994.
- . Para uma agenda de discussão do turismo como fator do desenvolvimento local. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 23-41.
- Beni, Mário C. Sistema de turismo — Sistor. Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. *Turismo em Análise*, 1(1):15-34, maio, 1990.
- . Política e estratégia de desenvolvimento regional. planejamento integrado do turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 79-86.
- Bettanini, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Boada, Luis. *O espaço recriado*. São Paulo: Nobel, 1991.
- Brasil, Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Cals, Joan; Capellà, Josep & Empar, Vaqué. *El turismo en el desarrollo rural de España*. Madri: Edita, 1994.
- Cara, Roberto B. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 86-93.
- Carvalho, Sérgio H. L. *Análise da oferta e demanda turística no Espírito Santo e implicações na geração de renda e emprego*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: CCJE/Ufes, 1989.
- Casol, Francesco. *Manuale agrituristico per operatori ed utenti*. Belluno: Conegliano, s.d.
- Cavaco, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 94-121.
- Cazes, George. Turismo e subdesenvolvimento. Tendências recentes. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77-85.
- Coelho, Márcio F. Turismo e renda na economia brasileira. *Turismo em Análise*, 2(1):7-13. São Paulo: ECA-USP, 1991.
- Comité Económico y Social de las Comunidades Europeas. *Dictames sobre "el desarrollo local e la política regional comunitária"*. Bruxelas: Comité Económico y Social de las Comunidades Europeas, 1995.
- Corrêa, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987 (coleção Princípios).
- Desplanques, Henri. Une nouvelle utilisation de l'espace rural en Italia: l'agritourisme. *Annales de Géographie*, 82(450):151-64, mars-avril, 1973.
- Embratur — Instituto Brasileiro de Turismo. *Município e potencial turístico. Orientação às prefeituras municipais*. Brasília: Embratur, 1992.
- . *Manual operacional do turismo rural*. Brasília: Embratur, 1994.
- . *Guia para treinamento dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais*. Brasília: Embratur, 1994.
- . *Anuário estatístico 1994-1995*. Brasília: Embratur, 1996 (v. 22).
- Estado do Espírito Santo — Bandes — Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. *Aspectos fundamentais da política econômica do Espírito Santo*. Vitória: Bandes, 1971.
- . Secretaria de Estado do Planejamento. *Migrações internas no Espírito Santo*. Vitória: Secret. de Estado do Planejamento, 1979.

- _____. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. *Informações infra-estruturais do Espírito Santo*. Vitória: DIO, versão 1985 e versão 1988.
- _____. Comissão Coordenadora do Relatório Estadual Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Meio ambiente e desenvolvimento no Espírito Santo*. Vitória: Copisol, 1991.
- _____. Sedes — Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. *Agroturismo — região serrana central do estado do Espírito Santo: perfil de proposições*. Vitória: Sedes/Seag, 1992.
- _____. Sedes/IJSN/Inatur. *Plano de desenvolvimento turístico integrado do Espírito Santo e Catalunya. Consorci de Promoción Turística*. Vitória: Sedes/IJSN/Inatur, 1993.
- _____. *Pesquisa de turismo receptivo. Espírito Santo — 1994*. Vitória: Sedes, 1994.
- _____. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. *Decreto-Lei n.º 5.303 de 16 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre a criação da Aderes — Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo S.A. Vitória: DIO, 1996.
- _____. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas. *Programa rodoviário do estado do Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas, 1996.
- _____. Aderes — Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S.A. *Turismo do Espírito Santo. Diretrizes e ações 97-98*. Vitória: Aderes, 1997.
- Fachini, Aurea E. C. *O turismo na economia capixaba. Análise da situação atual e perspectivas*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: CCJE/Ufes, 1993.
- Fernandes, Dirley & Souza, Sérgio de. *Nos passos de Anchieta. Trajeito percorrido pelo beato no Espírito Santo se transforma na versão brasileira do Caminho de Santiago. Manchete, 2.410:43-49*. Rio de Janeiro: Bloch, 30/5/1998.
- Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (coleção Cultura).
- Gallero, Álvaro L. El impacto de la globalización sobre el turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 33-8.
- Gandin, Danilo. *Planejamento como prática pedagógica*. São Paulo: Loyola, 1993.
- Geiger, Pedro G. Turismo e espacialidade. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. Reflexões teóricas e enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-61.
- Gomes, Paulo Cesar da C. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C da C. & Corrêa, R. L. (orgs.). *Geografía. conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- Gómez, Venancio B. *Turismo en espacio rural. Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local*. Madrid: Popular, 1988.
- Guerra, Antônio Teixeira. *Dicionário geológico e geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989.
- Hjalager, Anne-Meet. Agricultural Diversification Into Tourism. Evidence of a European Community Development Programme. *Tourism Management, 17(2):103-11*. Great Britain, 1996.
- IBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
- IJSN — Instituto Jones dos Santos Neves. *Projeto macrozoneamento costeiro do Espírito Santo. Plano de desenvolvimento turístico do Espírito Santo — litoral sul*. Vitória: IJSN, 1993.
- Knafou, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografía e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.
- Leloup, Yves. Le tourisme au Brésil. *Revue de Géographie, 164-41:331-56*. Bordéus, octobre-décembre, 1988.
- Lemos, Amália I. G. de (org). *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Lima, Luiz C. O planejamento regional ajuda o turismo? In: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana, F. A. & Cruz, Rita de C. A. da (orgs.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 193-200.
- Lopes Filho, Cristiano Dias. *Desafio e propostas. Desenvolvimento do estado do Espírito Santo — 1967/1971*. Vitória: Arte Nova, 1971.
- Lyra Filho, Galdino F. *O potencial inexplorado de turismo no litoral sul do Espírito Santo*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: CCJE/Ufes, 1992.
- Max-Neef, Manfred A. *Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Montevideo: Noraan Comunidad/Icaria, 1993.
- Marcellino, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer. Uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. (org.). *Políticas públicas setoriais de lazer. O papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- McIntyre, George. *Desenvolvimento do turismo sustentável. Manual para organizadores locais*. Brasília: Embratur, 1993.
- Mészáros, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- Montenegro, Ana Maria. Pour une approche du tourisme intérieur brésili-

- *Revue de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines*, 10:219-36, Marrakech: Université Caid Ayyad, 1944.
- Moraes, Cicero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.
- Nicolás, Daniel H. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Geografia e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 39-54.
- Noronha, Daisy P. et al. *Referências bibliográficas: exemplos*. São Paulo: USP, 1990.
- Novaes, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Educacional do Espírito Santo, 1969.
- Pelegri Filho, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993 (coleção Turismo).
- Penha, Alexandre dos Anjos da & Oliveira, Adilson P. de. Eucalipto, antes de tudo, uma questão social. O caso de Conceição da Barra — ES. *Anais do I Encontro Nacional Território Brasileiro e Globalização*. Aracaju: Anpege/UFSE, 1995, p. 89-90.
- Portuguez, Anderson P. *Geografia aplicada ao turismo*. Vitória: Senac, 1996 (didático).
- *Geografia do estado do Espírito Santo aplicada ao turismo*. Vitória: Senac, 1997 (didático).
- Elementos para uma abordagem crítica do turismo no ensino de 1.º e 2.º Graus. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 179-89.
- Desenvolvimento e sustentabilidade. *A Gazeta*, 1.º Caderno, Coluna Opinião, p. 5, Vitória, 22/12/1997.
- Rejowski, Miriam. *Turismo sob a ótica dos monitores municipais*. Brasília: Embratur, 1996.
- Rocha, Haroldo C. & Morandi, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo — 1965/1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- Rodrigues, Adyr A. B. Urbanization et tourisme de proximité. L'exemple de l'agglomération de São Paulo. *Revue de Géographie*, 164-41:409-14. Bordéus, octobre-décembre, 1988.
- Le tourisme et les problèmes de protection de l'environnement sur le litoral de l'état de São Paulo. *Revue de Géographie*, 164-41:415-424. Bordéus, octobre-décembre, 1988.
- *L'impact socio-culturel du tourisme dans une station thermale au Brésil*. Austrian Meeting of the IGU — Commission of Geography of Tourism and Leisure. Klagenfurt, 1989, p. 166-70.
- Une station balnéaire de luxe en voie de saturation: Guarujá (Brésil). *Revue Géographique des Pays Méditerranéens*, tome 84-3, 45-45. Majorque, 1996.
- (org.). *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- *Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- (org.). *Turismo e ambiente. Reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- (org.). *Turismo, modernidade e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997d.
- Turismo eco-rural. Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: Almeida, Joaquim A.; Froehlich, José Marcos & Riedl, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998.
- Rodrigues, Antonio Celso Dias. *Projeto de mobilização da sociedade para a construção de seu próprio futuro — Espírito Santo século XXI — Versão MRH 207 e Versão MRH 210*. Vitória: Copisol, 1989 (dois volumes).
- *Projeto de mobilização da sociedade para a construção de seu próprio futuro — Espírito Santo século XXI. Documento final*. Vitória: Copisol, 1991.
- Rodrigues, Arlete M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana F. A. & Cruz, Rita de C. A. da (orgs.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-62.
- Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 42-54.
- Ruschmann, Doris. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: Almeida, Joaquim A.; Froehlich, José Marcos & Riedl, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998.
- Saint-Hilaire, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. São Paulo: Edusp, 1974.
- Sampaio, Francisco Coelho. *Geografia do Brasil. Uma visão crítica do espaço e do homem*. Fortaleza: Lowes, 1997.
- Santos, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Santos, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- *O espaço do cidadão*. 3.ª ed. São Paulo: Nobel, 1996.

- Sebrae/ES — Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa. *Mapa do agroturismo*. Vitória: Urbana, s.d. (material de divulgação).
- Setúbal, Ana C. B. de et al. *Espírito Santo, mais bonito do que você imagina — informações turísticas*. Vitória: Bandes, 1993 (inventário).
- . Agroturismo: uma forma de turismo rural. *Anais do 1.º Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1.º-3 de maio, 1997, p. 166-8.
- Silva, José G. da; Vilarinho, Carlyle & Dale, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, Joaquim A.; Froehlinch, José M. & Riedl, Mário. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998.
- Silveira, Marco Aurélio T. Planejamento territorial e dinâmica local. Bases para o turismo sustentável. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 87-98.
- Silveira, Maria Célia Barros da. *Um estudo de regionalização agrária do estado do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1988.
- Silveira, Maria Laura. Da feiticização dos lugares à produção local do turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo, modernidade e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 36-45.
- Souza, Marcelo J. L. de. *O que pode o ativismo de bairro?* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- . Planejamento integrado de desenvolvimento. Natureza, validade e limites. *Terra Livre*, 10:123-39. São Paulo: AGB-SP, 1992.
- . O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C da C. & Corrêa, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- . A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, 1(1). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996a.
- . *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996b (coleção Princípios).
- . Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17-22.
- Tessari, Roberto. *O que é agroturismo?* Venda Nova do Imigrante: Agrotur, 1994 (mimeo).
- Trigo, Luiz G. G. *Turismo e qualidade, tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993 (coleção Turismo).
- . O turismo no espaço globalizado. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo, modernidade e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 19-35.
- Tuan, Yi-Fu. *Espaço e lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- Tulik, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 136-143.
- Universidade Federal do Espírito Santo/CCJE. *Proposta de estratégias de interiorização do desenvolvimento e descentralização de investimentos no Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993.
- Valcárcel-Resalt, Germán; Vinuesa, Miguel Angel T. & Cava, Luis E. *Desarrollo local, turismo y medio ambiente*. Madri: EXCMA, 1993.
- Vargas, Neide César. *Políticas de desenvolvimento regional e o papel do sistema Geres/Bandes — o caso do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1994.
- Vieira, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- Yáziqi, Eduardo; Carlos, Ana F. A. & Cruz, Rita de C. A. da (orgs.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Zimmermann, Adonis & Castro, Isis Câmara de. *Turismo rural. Um modelo brasileiro*. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

An aerial photograph of a rural landscape. The terrain is hilly and covered with various types of vegetation, including green fields and brownish, possibly fallow or dry, areas. A road winds through the landscape. In the lower-left corner, there are a few small white buildings. The overall scene depicts a typical agricultural or semi-rural environment.

Estudo pioneiro para a compreensão do fenômeno do agroturismo, cuja originalidade e seriedade o torna obra de referência para a área.

Hucitec

ISBN 85-271-0491-1



9 788527 104913